



Câmara dos
Deputados

D. LEOPOLDINA

IMPERATRIZ E

MARIA DO BRASIL

Obra comemorativa dos 200 anos da
vinda de D. Leopoldina para o Brasil

José Theodoro Mascarenhas Menck





D. LEOPOLDINA
IMPERATRIZ E
MARIA DO BRASIL

Obra comemorativa dos 200 anos da
vinda de D. Leopoldina para o Brasil

Câmara dos Deputados

55ª Legislatura – 2015-2019

Presidente

Rodrigo Maia

1º Vice-Presidente

Fábio Ramalho

2º Vice-Presidente

André Fufuca

1º Secretário

Giacobo

2ª Secretária

Mariana Carvalho

3º Secretário

JHC

4º Secretário

André de Paula

Suplentes de Secretário

1º Suplente

Dagoberto Nogueira

2º Suplente

César Halum

3º Suplente

Pedro Uczai

4º Suplente

Carlos Manato

Comissão Especial Curadora destinada a elaborar e viabilizar a execução das comemorações em torno do tema “A Câmara dos Deputados e os 200 anos da Independência do Brasil”

Evandro Gussi (Coordenador)

Bonifácio de Andrada

Leandre

Soraya Santos

Tereza Cristina

Thiago Peixoto

Secretaria-Geral da Mesa

Leonardo Augusto de Andrade Barbosa

Diretoria-Geral

Lúcio Henrique Xavier Lopes

Assessoria de Projetos e Gestão

Antonio Carvalho e Silva Neto

Diretoria Legislativa

Afrísio de Souza Vieira Lima Filho

Consultoria Legislativa

Luiz Fernando Botelho de Carvalho

Centro de Documentação e Informação

André Freire da Silva

Coordenação Edições Câmara dos Deputados

Ana Lígia Mendes



Câmara dos
Deputados

D. LEOPOLDINA

IMPERATRIZ E

MARIA DO BRASIL

Obra comemorativa dos 200 anos da
vinda de D. Leopoldina para o Brasil

José Theodoro Mascarenhas Menck

2ª edição

Brasília | 2018

© 2018 Edições Câmara

Editor responsável: Wellington Brandão

Preparação de originais: Luisa Souto e Luzimar Gomes de Paiva

Revisão: Luisa Souto

Projeto gráfico e diagramação: Fabrizia Posada

Foto de capa: Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, princesa real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. (Retrato de Jean François Badoureau – Fonte: Museu Histórico Nacional /Ibram/MinC/nº 043/2017).

2017, 1ª edição.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.
Fabyola Lima Madeira – CRB: 2109

Menck, José Theodoro Mascarenhas.

D. Leopoldina, imperatriz e Maria do Brasil [recurso eletrônico] / José Theodoro Mascarenhas Menck. – 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

“Comissão Especial Curadora destinada a elaborar e viabilizar a execução das comemorações em torno do tema ‘A Câmara dos Deputados e os 200 anos da Independência do Brasil’”.

Versão E-book.

Modo de acesso: livraria.camara.leg.br

Disponível, também, em formato impresso.

ISBN 978-85-402-0343-3

1. Leopoldina, Imperatriz, consorte de Pedro I, Imperador do Brasil, 1797-1826. 2. Primeiro Reinado (1822-1831), Brasil. I. Título.

CDU 929

ISBN 978-85-402-0342-6 (papel)

ISBN 978-85-402-0343-3 (e-book)

Direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/2/1998.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem a prévia autorização da Edições Câmara.

Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação – Cedi
Coordenação Edições Câmara – Coedi
Palácio do Congresso Nacional – Anexo 2 – Térreo
Praça dos Três Poderes – Brasília (DF) – CEP 70160-900
Telefone: (61) 3216-5809
livraria.camara.leg.br



SUMÁRIO

Apresentação – Contexto Geral das Comemorações Vinculadas ao Bicentenário da Independência . . .	7
Prefácio	11
Capítulo I – Nascimento e Educação.	17
Capítulo II – Casamento e Viagem para o Brasil . . .	29
Capítulo III – Atuação Política de D. Leopoldina na Construção da Nação	55
Revolução Liberal do Porto de 1820	56
Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa	57
Dia do Fico	68
José Bonifácio de Andrada e Silva	71
As regências de D. Leopoldina.	74
Capítulo IV – A Expedição Científica Austríaca. . .	89
Capítulo V – Doença, Morte e Consagração pela Posteridade.	103
Três tristes eventos em 1826	103
Doença e morte	110
Luto nacional	123



Acerca da doença e morte da imperatriz D. Leopoldina	133
Doença	133
Morte	134
Referências141



APRESENTAÇÃO

Contexto Geral das Comemorações Vinculadas ao Bicentenário da Independência

A Câmara dos Deputados sente-se na obrigação de, no bojo das comemorações do bicentenário da Independência do Brasil, lembrar à nação todas as etapas que possibilitaram a inserção do nosso país no concerto das nações como ente político autônomo.

É sabido que a Independência do Brasil se insere em um contexto de grandes transformações econômicas, sociais e políticas que viriam a gerar a Idade Contemporânea. O grande abalo político, econômico e social provocado pela Revolução Francesa agitou todos os tronos, derrubou todas as certezas e feriu todas as crenças até então vigentes.

Não é estranho a ninguém que a emancipação política das nações americanas, como um todo, se enquadra nesse contexto de enormes transformações. O surgimento do Brasil, como ente político emancipado, dissociado de Portugal, deu-se nesse período histórico e justamente em razão dele.



Desde o século XVII o Brasil já era não apenas a maior mas também a mais rica porção do reino português. As transformações sociais e culturais, ainda que não incentivadas, já eram um fato, e fermentavam as ideias dos habitantes da América portuguesa.

Foi no bojo das transformações mundiais de fins do século XVIII, ecoadas em toda a primeira metade do século XIX, que o Brasil se viu premiado por um acontecimento único na história, que o marcará e o diferenciará de todas as demais nações.

Em 1808, escapando das até então invencíveis tropas napoleônicas, o aparelho estatal lusitano em peso transferiu-se para a “Terra de Santa Cruz”. Tal fato, nunca é demais dizê-lo, único na história das nações, fará com que o desenvolvimento do Brasil tenha seguido uma trajetória de política interna completamente diversa da de todos os demais países americanos.

Tendo em vista esse contexto, a Câmara dos Deputados prepara-se para comemorar o bicentenário da emancipação política do Brasil, ocorrida em 7 de setembro de 1822.

Essa iniciativa é, no fundo, continuação de uma tradição da Câmara dos Deputados, ciosa da preservação de nosso patrimônio histórico-político.

O primeiro marco dessa caminhada ocorreu em junho de 2008, no Salão Negro do Palácio do Congresso



Nacional, sob os auspícios da Câmara dos Deputados, com a seguinte comemoração:

Segundo Centenário da Vinda da Corte Portuguesa para o Brasil: As origens do Estado Nacional Das Cortes Gerais ao Parlamento Brasileiro.

Também são marcos na trajetória da nossa independência política, todos dignos de rememoração, os seguintes eventos políticos:

- A **abertura dos portos às nações amigas**, em 1808. A importância desse evento está no fato de o Brasil ter sido território vedado a quaisquer estrangeiros. Quando navios estrangeiros chegavam a algum porto brasileiro, eram proibidos de desembarcar. As comemorações do Primeiro Centenário da Abertura dos Portos suscitaram uma grande exposição na cidade do Rio de Janeiro, em 1908.
- A **elevação do Brasil ao *status* de Reino Unido**, feita por intermédio da Carta de Lei do Príncipe Regente D. João, no Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1815. O Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves foi uma criação da engenharia política lusitana muito anterior ao modelo inglês atualmente vigente.



- **O bicentenário da vinda de D. Leopoldina ao Brasil**, ocorrido em novembro de 2017.

A presente obra insere-se no bojo dessas comemorações.

Pretendemos seguir, nos próximos anos, relembrando o bicentenário de todas as etapas por meio das quais a nação brasileira foi consolidando sua autonomia política, até chegarmos, em 2022, à data magna, quando então comemorar-se-á o bicentenário de nossa independência política.

Palácio do Congresso Nacional,
Novembro de 2017.

Rodrigo Maia
Presidente da Câmara dos Deputados



PREFÁCIO

É com enorme satisfação que temos a oportunidade de entregar ao público brasileiro, seja o de hoje, seja o das gerações futuras, essa pequena homenagem que a 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados presta àquela que, no momento de sua morte, foi aclamada, nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, como o “anjo tutelar da nação”, expressão que evocava uma devoção tipicamente lusitana, representando a invocação da angelical figura celeste às vésperas das batalhas.

Assim, quando o povo do Rio de Janeiro aclamou nossa primeira imperatriz como “anjo tutelar do império”, tratava-se de um reconhecimento à sua atividade política e de uma homenagem à mãe e à soberana que, preocupada com o bem-estar de seus súditos, dignificara o trono como ninguém. Além disso, era um justo contraponto ao título que D. Pedro ostentava: “defensor perpétuo do Brasil”. Em suma, tratava-se de uma verdadeira “canonização civil” de D. Maria Leopoldina.

Se os seus contemporâneos souberam vislumbrar naquela arquiduquesa austríaca a heroína da independência e da consolidação da nação, nós, seus herdeiros e grandes beneficiários de suas lutas e sacrifícios, temos a obrigação de não deixar perecer sua memória.



Ao nos prepararmos para a comemoração do bicentenário de nossa independência, queremos seguir os passos das personagens e dos eventos determinantes para consolidação de nossa nacionalidade. Não poderia ser mais singular que, no início dessa caminhada, nos deparemos com a excelsa figura da imperatriz Leopoldina, austríaca por nascimento, lusitana pelo casamento e brasileira pelo amor, que nutriu desde a primeira vista e que carregou no coração e na vida até os seus últimos dias.

D. Maria Leopoldina levou sua afeição pelo Brasil às últimas consequências. Por nossa pátria, acrescentou ao próprio nome **Maria**, ao saber que quase todas as jovens luso-brasileiras usavam esse prenome. Pelo batismo, era Leopoldina Carolina Josepha Francisca Fernanda; pela nação que ajudou a construir, resolveu ser Maria Leopoldina, como se dissesse: “sou mais uma entre as **Marias do Brasil**”, fato que fizemos questão de constar no título da presente publicação. Pelo Brasil, consumiu também a própria vida, oferecendo ao povo da época e à história o máximo que se pode esperar da alma humana, em geral, e da feminina, em especial.

A Câmara dos Deputados faz questão de dar sua contribuição para abrilhantar as festividades em torno da vinda de D. Maria Leopoldina para o Brasil, reconhecendo sua importância para a construção de nosso país. Também considera essencial deixar às gerações que nos



sucedirão o testemunho físico desse reconhecimento, consubstanciado nesta obra.

Brasília, novembro de 2017.

Evandro Gussi

Coordenador da Comissão Especial Curadora
Responsável pelos festejos do bicentenário da
Independência



I

**NASCIMENTO E
EDUCAÇÃO**





CAPÍTULO I

Nascimento e Educação

D. Carolina Josepha Leopoldina Francisca Fernanda¹ nasceu no Castelo de Hofburg², em Viena, Áustria, em 22 de janeiro de 1797, no seio da mais ilustre e nobre casa reinante da Europa de seu tempo, a Casa de Habsburgo.

As origens dessa fina flor da aristocracia europeia remontam ao início do século XII e são profundamente marcadas por uma especial preocupação com a educação de seus infantes.

1 Há divergência acerca da ordem dos nomes de D. Leopoldina. Para alguns a ordem de seu nome seria: “Carolina Josepha Leopoldina”, para outros estudiosos seria “Leopoldina Carolina Josepha”. O fato é que, na sua terra natal, era conhecida por “Sua Alteza Imperial Arquiduquesa Leopoldina”. Ao migrar para o Brasil, já casada, a então “Princesa Real do Reino Unido” passou a se denominar “Maria Leopoldina”. A incorporação do prenome “Maria” deu-se como homenagem à terra que a acolhia, em função da constatação de que todas as infantas de Portugal utilizavam esse prenome.

2 Paulo Rezzutti (2017, p. 32) declara, em seu livro, ter o nascimento ocorrido no Castelo de Hofburg. Há, no entanto, diversos autores que nomeiam o Castelo de Schönbrunn como local de nascimento de D. Leopoldina. Paulo Rezzutti, *D. Leopoldina* – Rio de Janeiro: Leya, 2017, p. 32.



A arquiduquesa Leopoldina. Por volta de 1817.

WAGNER; BANDEIRA, 2000, p. 24.

O imperador Leopoldo II, avô paterno de Leopoldina, registrou as máximas dentro das quais Leopoldina e seus irmãos foram criados:

É preciso inspirar-lhes (aos filhos) a única paixão que devem fomentar, isto é, a da humanidade, da compaixão e da ânsia de fazer a felicidade do seu povo. É preciso despertar o seu sentimento a favor dos pobres [...]. Os príncipes devem convencer-se em primeiro lugar da igualdade dos homens, de que todos têm os mesmos direitos e de que eles devem sacrificar àqueles toda a sua



existência, suas inclinações e seus divertimentos a qualquer oportunidade [...].

“Hoje em dia, quando um dos nossos herda o trono, já não se trata, como outrora, de uma propriedade devidamente adquirida – mas sim de um cargo, de uma pesada incumbência e é preciso quebrar-se a cabeça para reinar tanto quanto possível de acordo com os desejos dos seus súditos. (OBERACKER JR., 1973, p. 12 e 13)

O mesmo imperador ainda sugeria:

É preciso começar, estudando cabalmente o caráter das crianças, formá-las segundo as suas tendências; mas antes de mais nada é necessário conseguir-se a confiança dos filhos, torná-los sinceros e francos e inculcar-lhes a aversão à mentira, à dissimulação, às artimanhas, às bisbilhotices, *et coetera*. (OBERACKER JR., 1973, p. 12 e 13)

Ou seja, a suprema virtude que se ensinava constantemente aos arquidukes da Casa d’Áustria era a reverência dos jovens à vigente ordem social e política e, principalmente, aos próprios pais. O respeito quase religioso para com a vontade dos pais e, mormente, a do pai-imperador, cuja vontade era em todas as questões familiares e políticas a suprema lei, constituía o fundamento da educação da Casa d’Áustria.



A começar do momento que assumiam responsabilidades políticas, assim lhes era ensinado, não pertenciam mais a si próprios e sim ao Estado. Daí em diante tinham de esforçar-se por representar dignamente a ideia monárquica, servir ao seu povo fazendo-o feliz, pondo, para tanto, em segundo lugar, todos os desejos e inclinações pessoais. A virtude e a religião garantiriam, em última análise, também a sua felicidade pessoal. Dar esmolas e distribuir benefícios valeria mais do que todos os prazeres deste mundo e nada poderia superar a satisfação interna de ter cumprido com seus deveres da maneira como esperava de seus membros a Casa de Habsburgo.



À esquerda: o imperador Francisco I da Áustria, pai de Leopoldina. Josef Axman (1824). À direita: Maria Teresa, segunda esposa do imperador Francisco I, mãe de Leopoldina. Karl Hermann Pfeiffer (data desconhecida).

WAGNER; BANDEIRA, 2000, p. 28, 30.

Por sua vez, a rainha Maria Carolina das Duas Sicílias, avó materna de D. Leopoldina, traçou as linhas mestras do que viria a ser a educação das infantas de Áustria:

Estou convencida de que para a verdadeira felicidade de nossos filhos é preciso afastá-los do mundo [...]. Penso que devemos tratar as nossas princesas severamente e sem nenhum contato com homens de modo que não possam fazer comparações, achando, portanto, amáveis e unindo-se àqueles que Deus lhes terá reservado. (OBERACKER JR., 1973, p. 20)



A orientação da rainha Maria Carolina vinha ao encontro da velha tradição familiar dos Habsburgo, segundo a qual o principal papel reservado às mulheres da família era serem protagonistas da política de casamentos dinásticos, política essa que resultou nos vastos domínios herdados pela família e sintetizada na célebre máxima *“Bella gerant alii, tu felix Austria nube”* (“que os outros [países] guerreiem, [enquanto] tu, feliz Áustria, conclus casamentos”).



A imperatriz Maria Teresa com seus filhos Maria Luísa, Ferdinando, Leopoldina, Maria-Clementina, José, Carolina e Francisco (1803).

Museu Imperial Arquivo Histórico/Ibram/MinC/nº 043/2017.

D. Leopoldina foi educada segundo os conceitos e princípios da religião e do dever, pensando sempre no encargo que a Divina Providência lhe entregou de bem gerir seus povos, visando seu bem-estar e felicidade.

Em paralelo a isso, o ambiente doméstico em que as princesas de Áustria foram “escondidas do mundo” era feliz



e sadio. O imperador Francisco era homem de simplicidade espartana. Severo para consigo mesmo e pontual cumpridor dos seus deveres, não considerava os prazeres mundanos mais agradáveis do que os que lhe proporcionava seu círculo doméstico. Falava diversas línguas, mas preferia o dialeto de Viena. De gênio jovial e alegre, estava permanentemente disposto a pilhérias e pronto para gracejos espirituosos. Era homem culto, religioso e caritativo. Gostava muito dos filhos aos quais muitas vezes se dedicava, brincando com eles. Colecionava livros (que viriam a ser a base da Biblioteca Nacional Austríaca) e retratos da família. Afirmam seus biógrafos que levou uma vida privada exemplar.

Órfã de mãe muito cedo, D. Leopoldina foi educada, a partir de seus oito anos de idade, por sua madrasta, Maria Ludovica de Habsburgo-d'Este, a terceira esposa do imperador, por quem foi muito mimada, e a quem D. Leopoldina dedicou grande afeto e admiração, ao longo de sua vida, chamando-a de “querida mãe”. Não tendo filhos próprios, Maria Ludovica adotara, de bom grado, os filhos de sua predecessora “empenhando-se em que todas as crianças da família imperial cumpram os seus deveres; que as pequenas arquiduquesas toquem piano, desenhem e até ela mesma repete com a arquiduquesa Leopoldina tudo o que até agora estudara” (OBERACKER JR., 1973, p. 17). Mulher de educação esmerada, Maria Ludovica logo despertou a admiração de Goethe, o príncipe dos poetas alemães, que lhe dedicou várias obras.



Em Schönbrunn, um dos castelos usados pela família imperial como residência, D. Leopoldina, desde cedo, revelara-se apaixonada por botânica e por geologia. Gostava especialmente das pinturas existentes nos salões chamados de Bergl, em cujas paredes o pintor Johann Wenzl Bergl realizara, em 1770, uma visão fantasiosa da paisagem tropical. A pintura fora inspirada em uma série de tapeçarias, originalmente encomendadas por Luiz XIV, com paisagens brasileiras.



Nabusia Coccinea, popularmente conhecida como brincos de princesa. Desenho feito pela imperatriz Leopoldina no Brasil.

BANDEIRA; WAGNER, 2000, p. 210.

Grande influência na vida de D. Leopoldina, sua amiga e grande confidente foi sua irmã mais velha, Maria Luísa, a segunda esposa de Napoleão Bonaparte. A troca de cartas entre as duas irmãs foi intensa, acompanhando inteiramente a breve vida de D. Leopoldina.

Por fim, faz-se mister lembrarmos que D. Leopoldina nascera e passara sua infância no período em que Napoleão Bonaparte levava a cabo a destruição do Sacro Império Romano-Germânico, o principal trono de sua família.



Toda sua meninice e primeira juventude foi politicamente envolvida pela espetacular ascensão e estrondosa derrota daquele invulgar homem.

Em suma, além de uma educação primorosa na qual o conhecimento rivalizava com o senso de dever, os arquidukes da Casa d'Áustria foram educados em um ambiente doméstico feliz, ainda que abalado pelos sucessivos golpes que Napoleão vibrava em sua família.



II

CASAMENTO E VIAGEM PARA O BRASIL





CAPÍTULO II

Casamento e Viagem para o Brasil

Os casamentos reais, até meados do século XX, muito raramente levavam em consideração as relações e simpatias pessoais dos nubentes. Eram questões de Estado. O casamento de D. Leopoldina com D. Pedro d'Alcântara não fugiu à regra.

Assim, duas questões se impõem. Quais eram os interesses políticos e de Estado que fundamentaram o noivado e casamento da arquiduquesa D. Leopoldina com o príncipe real D. Pedro? O que levou D. João VI, um monarca sabidamente parcimonioso em gastos, até porque o Tesouro Real não suportava grandes gastos, a despender as grandes somas investidas no cerimonial de noivado e no casamento de D. Leopoldina com D. Pedro?

Em 1816, quando do início das tratativas para o casamento do príncipe real, o perigo napoleônico já havia sido superado. A Santa Aliança, coligação das potências vencedoras, já se instituíra e procurava fazer voltar o tempo, restaurando o *Ancien Régime* por toda parte. Para a Inglaterra, a permanência da corte portuguesa deixara de ser uma vitória política contra Napoleão e transformara-se em um entrave ao pleno domínio econômico da vasta



América portuguesa. A Inglaterra, por conseguinte, propugnava, com veemência, a volta de D. João a Portugal, o que D. João pretendia evitar a todo custo.

Ademais, outros problemas de ordem internacional afligiam D. João. Uma vez instalado no Brasil, realizara o antigo projeto lusitano de estender as fronteiras brasileiras até o rio da Prata, para aquele monarca, a fronteira natural da América lusitana (o primeiro núcleo urbano da região – Colônia de Sacramento – fora fundado por portugueses, em 1680, e visava justamente a tomada de posse daquelas terras).



Passada a tormenta napoleônica, a Espanha pleiteava a devolução da banda oriental do Uruguai, arregimentando apoios no âmbito da Santa Aliança. A Inglaterra concordara em sustentar a posição de Portugal, desde que D. João voltasse a Lisboa.



À esquerda, o marquês de Marialva, ministro plenipotenciário de D. João VI. À direita, o chanceler austríaco príncipe Metternich. Josef Kriehuber (data desconhecida).

6^o MARQUÊS..., 2018; WAGNER; BANDEIRA, 2000, p. 222.

Ao propor o noivado de seu filho, cuja residência estava fixada no Brasil, com uma arquiduquesa austríaca, que, uma vez casada, deveria mudar-se para a América, D. João procurava vários objetivos: o consentimento tácito da principal potência da Santa Aliança para sua permanência na América; a neutralização do apoio que a Rússia (aliada da Áustria) havia emprestado à Espanha em suas



reivindicações contra Portugal; e, por fim, um contrapeso significativo à dependência de Portugal frente à Inglaterra.

Já a Áustria via no consórcio de sua arquiduquesa com o príncipe herdeiro do trono do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves uma oportunidade de estender sua influência ao Novo Mundo, que então se tornava independente e tomava um direcionamento político contrário ao que ela defendia.

Não obstante o ativo trabalho em sentido contrário ao da diplomacia inglesa e da borbônica – esta última representada tanto pela vertente espanhola quanto francesa, que queria casar o herdeiro português com alguma princesa sua –, o casamento pôde realizar-se. Dessa forma, D. João conseguiu alcançar todos os seus objetivos.

O casamento de D. Pedro com D. Leopoldina não era o primeiro matrimônio entre as Casas de Bragança e de Habsburgo. D. João V, que teve a ventura de ser, em seu tempo, o monarca mais rico da Europa (em função da descoberta de fabulosos veios auríferos no Brasil, em 1709), casara-se com Mari'Ana d'Áustria. A embaixada enviada para pedir a mão da princesa austríaca, o cerimonial de noivado, o casamento por procuração e o traslado de D. Mari'Ana a Lisboa foram cercados de um luxo que marcou época.

D. João VI fez questão de procurar repetir o feito de seu ancestral. Nomeou, para a tarefa de chefiar a embaixada que pediria a mão da princesa, um nobre culto,



esbelto e elegante, o marquês de Marialva. Nas palavras de Carlos Henrique Oberacker Jr.:

Enviou-lhe [D. João ao marquês de Marialva] milhares de cruzados em diamantes e barras de ouro e deixou-lhe ainda abrir um crédito de £10.000, autorizando-o a sacar todas as somas necessárias, sem falar do ordenado extraordinário de 19.200\$000 e das verbas extraordinárias que recebia a título de representação. (OBERACKER JR., 1973, p. 61)

O escopo era impressionar, pelo luxo e pelo esbanjamento, fazendo a Europa acreditar em uma ressurreição portuguesa no Novo Mundo. Ao despertar o ciúme das outras potências, pretendia impressionar Viena e a Casa Imperial. E, assim fazendo, tornaria óbvio o acerto da política de D. João VI em haver escolhido a América como sede de seu trono.

No dia 17 de fevereiro de 1817, o marquês de Marialva realizou sua entrada oficial em Viena, ainda que já estivesse na cidade desde 7 de novembro do ano anterior. “Achava que não podia prescindir desta cerimônia ‘de que têm sido dispensados os mais embaixadores que aqui residem, – mas que a natureza de minha missão exige’.”

Foi um espetáculo para os vienenses, como raras vezes fora visto. [...] Quis ele [Marialva] submeter-se ao rigor da pragmática, certamente com o



intuito de causar impressão capaz de favorecer o projetado enlace do herdeiro da coroa [...].

Organizou-se o imponente préstito. Abriam caminho dois archeiros a cavalo. As carruagens dos ministros, conselheiros d'estado e camaristas do paço, oito príncipes e nove condes, puxadas a seis cavalos, [...] e mandadas por seus donos, representado cada um por oficial da respectiva casa, precediam umas as outras, conforme a hierarquia, e iam guarnecidas por dois ou quatro criados a pé, vestidos de aparatosas librés. [...] Começava depois a aparecer o séquito da casa do marquês, em proporções capazes de dar ideia do seu fausto. Dois porteiros, dois volantes, dezesseis criados, vinte guarda-roupas, dez oficiais, ao todo cinquenta homens [...] todos com vistosas fardas e librés. [...] Após ter passado tão numerosa e luzidia criadagem, mostrando na abundância e riqueza dos ornatos a vida pomposa do seu amo, aparecia então ele. [...] Junto às portinholas marchavam quatro criados com libré da casa imperial e após eles, a cavalo, três furriéis do paço, o estribeiro do mordomo-mor e o do marquês. [...] A guarda do coche era por seis pajens fardados e a cavalo, seguidos de dois criados, também montados. Atrás da gente de Marialva vinham dois soberbos cavalos [...] onde em alto relevo se levantavam as armas do marquês.



Eram ambos levados a mão por dois criados, precedidos de dois moços de estribeira.

Os coches dos embaixadores de Espanha, Inglaterra e França, traziam um oficial da casa de cada um deles. O núncio e o arcebispo de Viena não mandaram os seus, por não estarem em condições de figurar em cortejo tão rico.

A procissão majestosa avançava lentamente, como se os passos dos homens e dos cavalos fossem medidos. Era o desfilar de cena raramente vista. (OBERACKER JR., 1973, p. 61)

O próprio imperador Francisco, bem como a família imperial, reuniu-se para presenciar tão raro cortejo. No dia seguinte houve o complicado cerimonial do pedido oficial da mão da arquiduquesa. Obtido o consentimento do imperador e da arquiduquesa, Marialva começou a distribuir as insígnias das ordens militares que D. João mandara ofertar a todos os que, de uma forma ou de outra, haviam participado das tratativas diplomáticas referentes ao casamento. O embaixador português fora extraordinariamente generoso, distribuindo joias, faianças, porcelanas e baixelas principescas de “valor incalculável”.

Com relação ao medalhão ofertado à arquiduquesa, o príncipe Metternich chegara a afirmar que “só nas fabulosas crônicas orientais é que se poderia encontrar a descrição de algum objeto análogo que lhe fosse comparável”. (OBERACKER JR., 1973, p. 70).



O casamento, por procuração, realizou-se em 13 de maio de 1817, na capela imperial, dedicada a Santo Agostinho. Representou o marido o arquiduque Carlos de Habsburgo, herói militar das guerras napoleônicas.

Ao casamento seguiu-se um banquete no palácio imperial.

No dia 1º de junho, Marialva festejou as bodas com um baile magnífico e grandioso que, mais uma vez, foi comparado com “as maravilhas de 1001 noites”. Estiveram presentes não apenas a família imperial como também todos os grandes do Império. A música fora composta especialmente para a ocasião: *As danças para a festa do baile brasileiro* – obra do mestre Joseph Wide.

D. Leopoldina, portanto, deixara Viena e a família sob a impressão de grandezas e festas deslumbrantes, sendo mesmo invejada e considerada uma felizarda.



Nau D. João VI, que transportou D. Leopoldina e sua comitiva de Livorno (Itália) para o Rio de Janeiro. Franz Joseph Frühbeck.

Coleção Martha e Erico Stickel/Instituto Moreira Salles.

A comitiva de D. Leopoldina, comandada pelo príncipe de Metternich em pessoa, na qualidade de comissário de entrega da arquiduquesa, seguiu por terra até a Itália, sempre passando por territórios administrados pela família Habsburgo, onde, em Liorne (em italiano Livorno), foi submetida a uma espera de muitas semanas.

Justificou-se a demora da chegada da frota portuguesa que deveria transportar a arquiduquesa em função da insurreição armada que insuflou Pernambuco naquela época. No entanto, estudos mais recentes indicam que a nau que deveria transportar a princesa ainda não ficara pronta. Entrementes, a alegação da insurreição per-



nambucana deu margem a que, por uma derradeira vez, tanto a diplomacia britânica como a borbônica tentassem interferir no casamento, alegando a temeridade de se deixar partir uma arquiduquesa para localidades tão remotas e selvagens.

Após um atraso de dois meses, a frota portuguesa (composta por duas naus: a Dom João VI e a São Sebastião, especialmente preparadas para a viagem) ancorou no porto de Liorne. Realizou-se, então, a solene “cerimônia de entrega”. Naquela ocasião, o comissário austríaco, o príncipe de Metternich, “entregou” a guarda da já princesa real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves ao seu colega português, o marquês de Castelo Melhor. “Hoje terminei a minha cerimônia, com brio; orgulho-me disso. O ato da cerimônia foi muito belo e muito solene”, escreveu o aliviado comissário austríaco. (OBERACKER JR., 1973, p. 99).

Era a primeira vez na vida que D. Leopoldina via o mar. A viagem estender-se-ia por longos 86 dias, tendo passado por diversas tempestades.



Társa Viana/Câmara dos Deputados

D. Leopoldina na Ilha da Madeira.

Museu Histórico Nacional/Ibram/MinC/nº 043/2017.

A comitiva era muito numerosa: damas da corte, camareira-mor, mordomo-mor, seis damas, quatro pajens, seis nobres húngaros, seis guardas austríacos, seis camaristas, um esmoler-mor, um capelão, um secretário particular, um médico, um mineralogista e um professor de pintura. As demais bagagens da princesa eram compostas de quarenta caixas da altura de um homem com o seu enxoval, livros, suas coleções de botânica e de mineralogia,



bem como presentes para todos os membros da família real portuguesa.

Aos 14 de agosto D. Leopoldina escrevia a seu pai: “Já me encontro no meu navio, fui recebida de maneira mui emocionante e cordial; os meus quartos são magníficos”. (OBERACKER JR., 1973, p. 99).

A frota entrou na baía da Guanabara aos 5 de novembro de 1817. Sempre em cartas endereçadas a seu pai, D. Leopoldina assim descrevia o espetáculo que a natureza lhe oferecia: “A entrada no porto é sem par, e acho que a primeira impressão que o paradisíaco Brasil faz a todo estrangeiro é impossível de descrever com qualquer pena ou pincel: basta que lhe diga: a Suíça unida ao mais belo e ameno céu”. (OBERACKER JR., 1973, p. 99).

Apenas a nau ancorou no meio da baía, D. João, acompanhado de toda a família real, veio a seu encontro e lhe entregou mais um presente de noivado: uma caixa de ouro cheia de ricos brilhantes lapidados. Ao entregar o presente, o rei teria dito: “São frutos desta terra. Vossa Alteza vem para o país das pedras preciosas”. (OBERACKER JR., 1973, p. 99).



Táisa Viana/Câmara dos Deputados

Chegada da princesa Leopoldina ao Brasil, ao fundo o mosteiro de São Bento. Jean-Baptiste Debret (1817)

Museu Histórico Nacional/Ibram/MinC/nº 043/2017.



Táisa Viana/Câmara dos Deputados

Desembarque de D. Leopoldina no Rio de Janeiro, 1817.

Museu Histórico Nacional/Ibram/MinC/nº 043/2017.



Jean Baptiste Debret, testemunha ocular dos acontecimentos, em sua célebre obra *Viagem pitoresca ao Brasil*, assim descreve a chegada de D. Leopoldina:

Uma das princesas reais brasileiras acabava de chegar a Madri para casar com o rei da Espanha³, e os ecos das festas que aí se realizaram incitaram os negociantes brasileiros, no Rio de Janeiro, a rivalizarem com os espanhóis; resolveram por isso erguer arcos de triunfo para a passagem da arquiduquesa, que deveria desembarcar no Arsenal da Marinha. Essa resolução tardia deixava apenas doze dias para se erguerem os arcos de triunfo, um primeiro à entrada da Rua Direita, perto da Rua dos Pescadores; outro mais ou menos no meio, e o terceiro no fim, perto da Capela do Carmo. Apesar da incerteza de se poderem terminar as obras encomendadas, trabalhou-se com grande atividade, e, felizmente, tudo se achava pronto a 12 de novembro de 1817, dia em que o navio Dom João VI, a bordo do qual viajava a arquiduquesa, foi assinalado à altura do Cabo Frio. Entrou na barra do Rio de Janeiro, com as duas embarcações nacionais que o escoltavam, às cinco horas da tarde, por tempo fresco, e foi salvo com vários tiros de canhão ao passar pelo primeiro forte. Chegando diante da Ilha das Cobras, foi novamente salvo por

3 Infanta Maria Isabel de Bragança, casada com Fernando VII da Espanha, em 29 de setembro de 1816.



todos os navios de guerra de todas as nações que aí se encontravam.

Apenas o navio ancorou na ponta inferior da ilha, percebeu-se a galeota real que vinha de São Cristóvão buscar a rainha e as princesas suas filhas, cuja carruagem parara no ponto de desembarque do Arsenal da Marinha. Da galeota saiu o príncipe real, a fim de receber a rainha e as princesas, colocando-se estas no cubículo envidraçado onde se mantinha o rei, seu filho Dom Miguel e a jovem viúva, sua filha. O escaler partiu para ir visitar a arquiduquesa a bordo, onde a família real permaneceu até as nove horas da noite.

No dia seguinte, ao raiar do sol, as salvas de artilharia anunciaram a solenidade da festa. Às dez horas a galeota real, resplendente de ornatos dourados e escoltada por duas outras embarcações quase tão ricas, voltou ao mesmo ponto da véspera para buscar a rainha e as princesas, cujo embarque foi mais cerimonioso, porque toda a casa do rei se achava reunida sob o pequeno pórtico preparado no local pelo corpo de engenharia marítima. A família inteira dirigiu-se para o navio; a arquiduquesa desceu e foi conduzida ao som da música que se misturava ao ruído da artilharia e aos vivas dos marinheiros trepados nos mastros de todas as embarcações paradas ao redor do ponto de desembarque.



Os oficiais da casa do rei desceram em primeiro lugar; vinham a seguir as jovens princesas, a princesa viúva, o infante Dom Miguel, o príncipe real conduzindo a arquiduquesa, a rainha conduzida pelo seu escudeiro-mor, e o rei.

A carruagem de cerimônia aguardava as quatro personagens mais augustas da festa, e os dois outros coches que a acompanhavam se encheram com príncipes e princesas da família real. Uma longa fila de outras elegantes carruagens formava um brilhante cortejo fechado por um destacamento de cavalaria ligeira, que se dirigiu para o palácio, saindo pela porta do Arsenal e percorrendo a Rua Direita em todo o seu comprimento, passando por conseguinte sob os arcos de triunfo, junto aos quais se haviam construído anfiteatros para os músicos. Os balcões e janelas de todas as casas estavam enfeitados com tapeçarias de seda vermelha, e as mulheres agitavam seus lenços em sinal de alegria, enquanto outras aguardavam a passagem da carruagem para cobri-la de pétalas de flores jogadas a mancheias. Perfumes, orquestras, dísticos colocados à passagem do cortejo e o ruído contínuo dos vivas, repetidos de todos os lados, nada afinal se esqueceu para dar realce à recepção da arquiduquesa austríaca. O rei galantemente fazia observar à sua nova filha que os aplausos lhe eram exclusivamente destinados.

A família real desceu diante do palácio e dirigiu-se para a capela. Depois da missa e do *Te*



Deum, a corte voltou a seus aposentos para participar de um banquete suntuoso. Após a refeição, surgiu novamente ao balcão, entre os vivos do povo, desejoso de ver a jovem esposa; em seguida, todas as tropas reunidas no Largo do Palácio desfilaram em ordem com suas bandas, em continência à nova princesa real brasileira. Com o cair da noite, a corte retomou as suas carruagens e voltou entre luminárias pelo caminho percorrido de manhã. Chegando ao Arsenal, embarcou na galeota real, escoltada por cem outras embarcações; e a pequena frota, toda ornamentada de lanternas, dirigiu-se para São Cristóvão, em cujo palácio, inteiramente iluminado, já se encontravam as pessoas que o serviço e o cerimonial deviam aí reunir.

Um exemplo da solicitude paterna de D. João VI evidenciará sua bondade de alma. Quando os jovens esposos chegaram ao Palácio de São Cristóvão, o rei disse à princesa, conduzindo-a aos seus aposentos: “Espero que este aposento, embora mobiliado ainda simplesmente, vos seja agradável”⁴. Com efeito, a primeira coisa por ela observada foi o busto do imperador da Áustria, seu pai, que o rei mandara vir de Viena. Vendo-o, a princesa não pôde reter lágrimas de alegria; então o rei, tomando-lhe a mão, disse:

4 O rei encomendara a Jacó, em Paris, uma admirável mobília, que chegou mais tarde por causa da difícil travessia, de quatro meses, do navio que a transportava: o Dauphin. (Nota de Debret)



“Como vós sois muito instruída, não tenho a pretensão de oferecer-vos algo inédito; estou persuadido entretanto de que tereis prazer em percorrer esse volume, que vos peço aceitar”. A princesa, ainda comovida com o busto do pai, abriu o livro; era uma soberba coleção de todos os retratos de sua família, encomendada em Viena juntamente com o busto. Cedendo aos seus sentimentos de gratidão, a princesa precipitou-se sobre a mão do rei, que lhe disse ainda: “Minha querida filha, a felicidade de meu filho está assegurada, bem como a de meus povos, pois terão um dia, como rainha, uma boa filha, que não pode deixar de ser uma boa mãe”. Cena comovente, que coroou esse belo dia.

A corte passou o dia seguinte em São Cristóvão, onde houve beija-mão pela manhã e concerto à noite. No outro dia, terceiro de luminárias, a corte foi ao teatro, e o espetáculo só terminou às duas horas da madrugada. Em seguida, a corte não mais deixou São Cristóvão, onde a sociedade se tornara muito agradável, principalmente com a presença constante dos embaixadores estrangeiros. (DEBRET, 1989, p. 61 et seq.)



Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, Franz Joseph Frühbeck (1817)

Coleção Martha e Erico Stickel/Instituto Moreira Salles.



Dança dos príncipes nubentes no Baile na Quinta da Boa Vista.
Ao fundo, D. João VI.

LUSTOSA, 2000.



Por fim, não seria demais recordarmos os festejos do primeiro natalício da princesa real no Brasil, ocorrido aos 22 de janeiro de 1818, organizado por D. João VI, ainda sob o clima de boas-vindas, sempre nas palavras de Debret:

O desejo que tinha o rei de festejar a nova princesa real fê-lo preparar para 22 de janeiro, aniversário de nascimento da arquiduquesa, uma festa particular no Palácio de São Cristóvão, a fim de não antecipar as da aclamação, que, em virtude de seu caráter político, deveriam ser celebradas com mais amplitude e fausto, na capital.

A corte encarregou, portanto, Manuel da Costa, arquiteto, pintor e decorador do palácio, de organizar uma festa em São Cristóvão, a exemplo das que se dão na Europa. Como arquiteto, aproveitou-se de três quartos do pátio para construir um circo de tábuas e transformou toda a varanda aberta da fachada em camarotes. Com essa combinação engenhosa, sem nada modificar na parte interna do palácio, todas as pessoas convidadas encontraram ótimos lugares para assistir às touradas e aos bailados. O espaço remanescente, do lado da grade de entrada, foi reservado aos fogos de artifício, e nos jardins do castelo outros dispositivos análogos se observaram para os diferentes folguedos que se deviam realizar. Louis Lacombe, diretor de bailados do teatro, foi encarregado da organização das danças de



caráter, variadas de acordo com os locais que lhes eram destinados. Para o circo, reservou ele danças entremeadas de uma maneira agradável com as evoluções militares, terminando por uma descarga geral de mosquetões. O efeito foi tão feliz que fizeram repeti-las a cada representação. Durante esses três dias de festas, houve touradas levadas a efeito por hispano-americanos vindos de Montevidéu, e que ficaram no Rio até as festas da aclamação. Somente a chuva transtornou um pouco as luminárias e o fogo de artifício do último dia.

Desde a chegada da princesa, tanto as estradas como as avenidas de São Cristóvão se encheram de magníficos cavalos de sela e de elegantes carruagens estrangeiras; e tudo adquiriu então um aspecto francamente europeu no Rio de Janeiro.

Já Otávio Tarquínio de Sousa assim descreve os grandiosos festejos que acompanharam a chegada de D. Leopoldina ao Brasil:

Grandes festas presenciou o Rio de Janeiro pela chegada e desembarque de D. Leopoldina. A cidade iluminou-se nas noites de 5 a 8 de novembro, enquanto os sinos tocavam. Rua Direita desde a ladeira de São Bento até o Largo do Paço foi coberta de areia, ervas odoríferas e flores. As portas e janelas das casas, ornamentadas. Patrocinado pelo comércio,



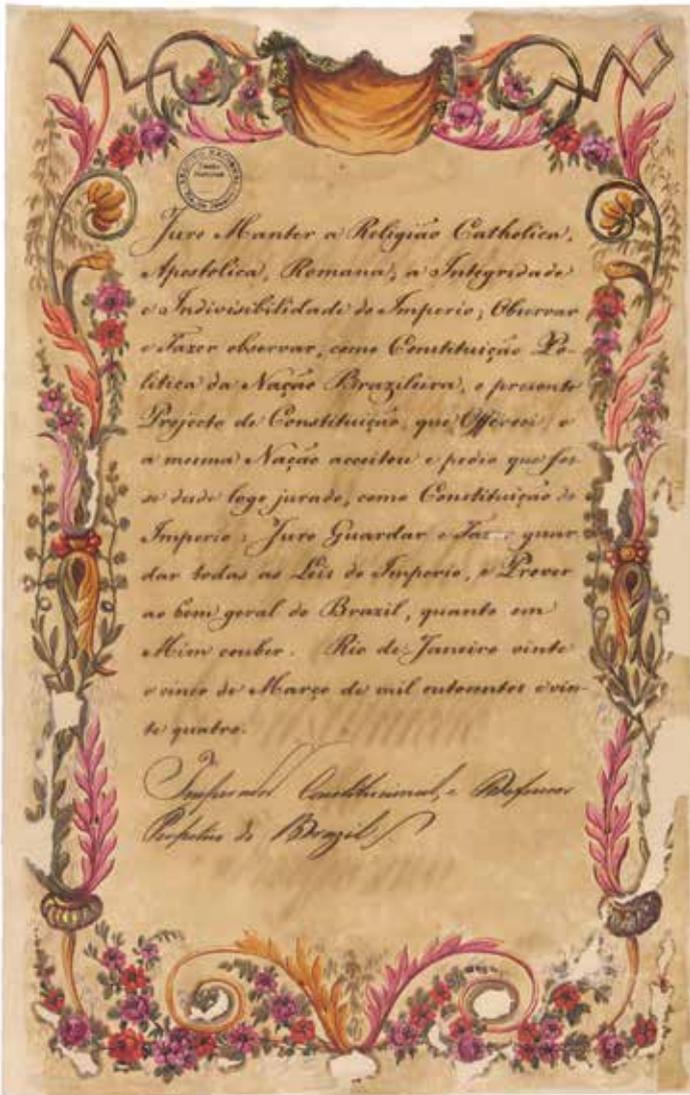
ergueu-se um arco de 50 palmos, obra de Grandjean de Montigny e Debret, em que se encontravam as armas do Reino Unido, e as águias do Império Austríaco, emblemas do antigo e novo mundo, as legendas Januários – Danubios, duas figuras da Fama, e as iniciais P. C. [o primeiro nome de D. Leopoldina era Carolina]. Outro arco se levantou defronte da Rua do Sabão, imitando mármore de várias cores. Em frente à Igreja de Santa Cruz, via-se um triunfo romano com oito estandartes, para celebrar a Bondade, a Amabilidade, a Doçura, a Sensibilidade, a Beneficência, a Constância, o Espírito, o Talento, a Ciência, os Encantos, a Graça, a Modéstia e a Felicidade Pública [...]

Às duas horas da tarde, desembarcou D. Leopoldina num arsenal de Marinha pela mão do seu marido, o príncipe D. Pedro, e ambos tomaram o mesmo coche do rei e da rainha. Um coche real, forrado de veludo carmesim, puxado por oito cavalos e três carruagens, todas de quatro rodas, puxadas a dois e quatro cavalos [...]. Na Capela Real, houve um *Te Deum Laudamos* cantado sobre a regência de Marcos Portugal. (SOUZA, 1972, t. 3, p. 101)



Juramento de D. Pedro I à Constituição de 1823.

Arquivo Nacional.



Arquivo Nacional.



III

ATUAÇÃO POLÍTICA DE D. LEOPOLDINA NA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO





CAPÍTULO III

Atuação Política de D. Leopoldina na Construção da Nação



Real Palácio de São Cristóvão, também conhecido como Quinta da Boa Vista, Thomas Ender.

WAGNER; BANDEIRA, 200, p. 360.

Existe uma velha máxima, já cedida e muito contestada pela evolução dos costumes, segundo a qual “atrás de cada grande homem há sempre uma grande mulher”. Se esta máxima já não resiste aos enormes avanços dos costumes, no entanto, resta plenamente válida para os idos passados, quando o protagonismo político estava quase que exclusivamente reservado aos homens.



O pai da nossa nacionalidade, autor de nossa independência política e nosso primeiro chefe de Estado enquanto nação independente, D. Pedro I, somente pôde desempenhar seu fulgurante papel na nossa história porque a sustentá-lo, incentivá-lo e encaminhá-lo havia a admirável figura de D. Leopoldina.

A participação de D. Leopoldina no movimento de emancipação política do Brasil, bem como o próprio movimento em si, somente pode ser compreendida se recordarmos, pelo menos em suas linhas mais amplas, os eventos que lhe deram origem.

Revolução Liberal do Porto de 1820

O ano de 1820 vai encontrar o reino de Portugal ocupado por tropas inglesas, comandadas pelo marechal William Carr Beresford, que assumira o comando das tropas lusitanas, instaladas no continente europeu, e, por conseguinte, praticamente tinha o pleno governo do país. A presença das tropas britânicas tinha como escopo evitar que a Espanha invadisse o Reino, por retaliação à ocupação do Uruguai.

No entanto, naquele mesmo ano, na ameaçadora Espanha, estourou uma revolução liberal contra o tacanho absolutismo de Fernando VII. Exército e povo exigiram a restauração da Constituição de Cádiz, de 1812, que Fernando havia ab-rogado ao restaurar o absolutismo.



Com o fim do monopólio comercial do Brasil, Portugal encontrava-se profundamente debilitado financeiramente. O povo estava empobrecido e o exército com os soldos atrasados. Havia também um sentimento generalizado de abandono, gerado pelo fato d'El Rey haver transferido a sede de seu trono para o Brasil e não mostrar qualquer pretensão em voltar ao continente europeu. Nessa situação, os portugueses passaram a buscar alguma mudança no *status quo*. Foi nesse ambiente que, aos 24 de agosto de 1820, eclodiu, na cidade do Porto, uma revolução, que se espalhou rapidamente por todo o território.

Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa

Uma junta governativa foi formada. Logo convocaram-se as cortes, cuja última sessão ocorrera em 1697. As cortes deveriam assumir uma função constituinte, com o especial objetivo de redesenhar o funcionamento do Estado, legando-lhe uma Carta Constitucional. A junta governativa, que assumiu o poder em nome do monarca, também passou a insistir no retorno imediato de D. João VI. A notícia da revolução chegou ao Rio de Janeiro aos 17 de outubro de 1920.

A partir daquele instante, D. João, instado a voltar a Lisboa, adota a sua tática de sempre quando pressionado: posterga. Dez dias depois divulga uma carta em que, a



par de admoestar seus súditos pela ousadia da rebelião, declara que irá decidir quem, da família real, partirá para a Europa e quem ficará na América. Sua preocupação óbvia era a manutenção do Reino Unido, construção política que Portugal não estava disposto a sustentar, pois vinculava-a diretamente ao seu empobrecimento.

No seio da família real, a Insurreição do Porto é recebida de diferentes formas. Se por um lado D. Pedro nutre simpatias pelos novos ares, D. João recebe as novas com preocupações. Em suas missivas D. Leopoldina externa essas diferenças e posiciona-se:

[...] meu esposo pensa segundo os novos princípios e meu sogro segundo os bons e verdadeiros, por isso me encontro em situação crítica, entre os deveres de uma boa esposa e o de súdita grata e filha obediente. (KANN; LIMA, 2006, p. 372)

No mesmo diapasão escreve ao pai, o imperador Francisco:

Infelizmente, o feio fantasma do espírito de liberdade se apossou por completo da alma de meu esposo; o bom, excelente rei, tem todos os antigos, nobres e autênticos princípios e eu também, pois me foram inculcados em minha tenra idade e eu mesma amo apenas a obediência para com a pátria, o soberano e a religião. O senhor percebe, querido pai, como é difícil



minha situação entre os deveres de boa e amorosa esposa, súdita valente e filha obediente. Queria tanto unir ambos e obedecer estritamente, porém me vejo forçada a sacrificar um dos dois quando chegar a delegação de Lisboa. (KANN; LIMA, 2006, p. 373)

Ao contrário da crença difundida, D. Pedro procurava ilustrar-se. Leitor das obras políticas de Henri-Benjamin Constant de Rebecque e de Gaetano Filangieri, logo passou a flertar com o liberalismo. Já D. Leopoldina tinha uma percepção diversa da revolta do Porto. Sua mãe e avó foram vítimas da Revolução, e o fantasma de Maria Antônia, tia-avó de D. Leopoldina, era uma lembrança constante de até onde aquelas insurreições poderiam chegar.



D. Pedro I e D. Leopoldina na Casa dos Expostos, ao lado da Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro. Simplicio Rodrigues de Sá (1826)

Acervo Educandário Romão Duarte.

Logo a questão de se saber se a família real deveria, ou não, voltar a Portugal tornou-se o problema político do momento. A opinião pública dividiu-se. D. João hesitava. Logo surgiram panfletos no Rio de Janeiro discutindo o assunto. Chegava-se a dizer que a El Rey seria menos danoso perder Portugal do que perder o Brasil, o que aconteceria caso voltasse a Lisboa. Da Bahia, vinha a res-



posta, também em forma de panfleto: sem os portugueses, o Brasil estaria perdido. Logo cairia nas mãos de estrangeiros que o escravizaria. Este era um panfleto obviamente pró-constituente de Lisboa, enquanto o panfleto fluminense era absolutista. (REZZUTTI, 2017, p. 185)

O fato é que as cortes constituintes denotavam, desde seu início, um impasse: se os portugueses da Europa estavam fartos de serem governados pelo Brasil, este, por seu turno, não tinha qualquer intenção de regredir, depois de treze anos de grande progresso institucional.

As dificuldades políticas centralizavam-se na seguinte questão: quem deveria voltar à Europa? O próprio rei ou o príncipe real? D. Pedro logo encantou-se com a ideia de voltar à Europa, afinal ansiava por uma participação nos assuntos de Estado, algo que D. João lhe interditava.

Depois de muitas idas e vindas D. João terminou por decidir-se pela volta de D. Pedro a Portugal, como seu representante no reino. D. Leopoldina, no entanto, encontrava-se em adiantada gravidez. D. Pedro, apesar de sua ânsia em partir para Portugal, não aceitou abandonar a esposa, a filha (D. Maria da Glória já havia nascido) nem o novo bebê que a princesa esperava. Entrementes, a situação política agravava-se. Um levante no Pará, em janeiro de 1821, seguido por outro na Bahia, em fevereiro, romperam a unidade do Reino do Brasil. Ambas as capitânicas passaram a responder diretamente às cortes de Lisboa.



Os ministros de D. João, bem como os representantes diplomáticos creditados junto a ele, insistiam na urgência de se enviar um membro da família real a Portugal.

D. Leopoldina, a quem a ideia de ser separada de seu marido assustava, movimentava-se. Não aceita de forma alguma a separação. Declara preferir dar à luz em pleno oceano a se separar de seu marido. D. Pedro compartilha das objeções de sua esposa e pede para partir apenas após o nascimento de seu filho. Por fim, D. João cede. D. Pedro é autorizado a esperar o nascimento de seu filho e, posteriormente, partir com toda a sua família.

Nesse meio tempo D. João havia convocado as cortes também no Brasil, que viriam a ter a incumbência de adaptar a Constituição, que seria escrita em Portugal, ao Brasil. Tal decreto foi visto como uma afronta por Lisboa, pois, na prática, restringia seus poderes à porção europeia da monarquia. As tropas lusitanas estacionadas no Brasil, profundamente imbuídas do movimento constitucionalista, não permitiriam que esse fracionamento do poder constituinte ocorresse.

Assim sendo, aos 26 de fevereiro, os militares portugueses no Rio de Janeiro insurgiram-se. Reunidos na praça do Rocio, passaram a exigir que D. João aceitasse a Constituição, a ser preparada em Lisboa, como documento constitutivo único para toda a monarquia, sem adaptações para o Brasil.



D. Pedro, tomando a iniciativa, apresenta-se como intermediário entre a tropa e seu pai. Aceita as demandas dos militares e consegue pacificar a situação. Foi sua primeira intervenção nos negócios públicos. A partir de então D. João abre-lhe as portas do governo.

Por fim, após insistência das tropas, fica assentada a partida de D. João, ficando no Brasil D. Pedro e sua família, na qualidade de Regente do Reino do Brasil.⁵ Na madrugada do dia 25 de abril de 1821, contra sua vontade e triste, segundo alguns soluçando, D. João embarcava de volta a Portugal, não sem vaticinar, dois dias antes, em conversa particular com D. Pedro:

Pedro, se o Brasil se separar, antes seja por ti, que me hás de respeitar, do que por algum desses aventureiros . (BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 608)

5 Decreto de 7 de março de 1821, pelo qual S.M.F. (Sua Majestade Fidelíssima) declara a intenção de voltar para Lisboa, deixando encarregado do Governo Provisório do Reino do Brasil o príncipe real do Reino Unido. Decreto de 22 de abril de 1821, estabelecendo a regência do Brasil na pessoa do príncipe real do Reino Unido.



D. João VI. Charles Landseer (1820)

Instituto Moreira Salles.

No final de maio de 1821, estando o governo do Reino do Brasil entregue a D. Pedro, tem lugar nova insurreição. As tropas, desta feita, exigem o juramento das “bases” ou “princípios” que norteariam a elaboração da Constituição, bem como a destituição de seu principal ministro, o conde dos Arcos, o último vice-rei e simpa-



tizante do Brasil, que é obrigado a voltar a Portugal. Ao perder seu ministro, D. Pedro foi reduzido a mero fantoche das tropas, que lhe impõem um governo.

Restrições da mesma natureza que as tropas impunham a D. Pedro, as cortes impunham a D. João.⁶

D. Leopoldina, testemunha privilegiada dos acontecimentos e naturalmente arredia a revoltas, logo se desencanta com os portugueses e começa a manifestar simpatias para com os brasileiros. Em carta a sua irmã, Maria Luísa, declararia:

Aqui está uma verdadeira miséria, todos os dias novas cenas de revolta; os verdadeiros brasileiros são cabeça boa e tranquila, as tropas portuguesas estão animadas pelo pior espírito e meu esposo, infelizmente, ama os novos princípios e não dá exemplo de firmeza; como seria preciso, pois atemorizar é o único meio de pôr termo à rebelião; receio que tome consciência tarde demais, com seu próprio prejuízo, e só

6 Ao chegar a Lisboa, D. João foi humilhado pelas cortes. Teve que aguardar um dia no navio até que estas acordassem em recebê-lo em terra. Todas as nomeações que fez durante seu aniversário, passado em alto mar, foram desautorizadas pelos deputados. Diversos de seus servidores foram dispensados sem qualquer aviso anterior e sem qualquer indenização. Muitas das servidoras de D. Leopoldina, que haviam voltado a Portugal, tiveram de recorrer a ela para fugirem da miséria. D. João passou a ser um virtual prisioneiro das cortes, onde pululavam demagogos e exaltados. A irresponsabilidade das cortes ameaçava arruinar tanto a administração pública como as finanças, seja de Portugal seja do Brasil.



posso ver um futuro negro; Deus sabe o que ainda acontecerá conosco.⁷

No mesmo tom escreveria ao marquês de Marialva:

Temos aqui quase diariamente tumultos revolucionários das tropas de Lisboa; o povo e o exército do Brasil são excelentes e fiéis súditos, mas a força lhes impõe silêncio; eu não sei que fim este terrível turbilhão de espírito constitucional levará; embora eu me considere culpada dos sentimentos liberais, acho esses daqui liberais demais [...].⁸

Nesse meio tempo, a ideia de ficar definitivamente no Brasil vai-se cristalizando em seu espírito. Em missiva datada de 2 de julho de 1821 afirmou:

Acabou-se a esperança de viajar rapidamente para a Europa, o que, sendo bem honesta, é sorte [...] o Brasil é, sob todos os aspectos, um país tão maduro e importante, que é incondicionalmente necessário mantê-lo. O Onipotente conduz tudo para o nosso bem, e o bem comum vem antes do desejo individual, por mais intenso que seja.⁹

7 Carta de D. Leopoldina a sua irmã, Maria Luísa. (KANN; LIMA, 2006, p. 381)

8 Carta de D. Leopoldina ao marquês de Marialva. (KANN; LIMA, 2006, p. 382)

9 Carta de D. Leopoldina a sua irmã, Maria Luísa. (KANN; LIMA, 2006, p. 383)



D. Leopoldina, que desde o início da regência de seu marido, participava da gestão do governo, em suas cartas começou a distinguir os portugueses dos brasileiros, fazendo sua simpatia pender, cada vez mais explicitamente, para os segundos. É a partir delas também que se vê o quanto participava do dia a dia político do país.

As cortes de Lisboa, ao saberem da permanência de D. Pedro no Brasil, na qualidade de regente do Reino do Brasil, não tardaram em manifestar seu profundo desagrado. A intenção das cortes era extinguir o governo central do Brasil, fazendo que as capitanias se dirigissem diretamente ao governo de Lisboa. Logo, toda a obra de D. João no Brasil passaria a ser desmontada.

As cortes decretaram o fechamento de todos os tribunais, agências e repartições públicas criadas após 1807 no Brasil, transformando milhares de juizes, advogados, meirinhos e burocratas em desempregados e em patriotas brasileiros pró-independência. O príncipe D. Pedro deveria retornar imediatamente à Europa, com a família, para completar sua educação.¹⁰

O barão de Mareschal, diplomata austríaco no Rio de Janeiro, oficiava em janeiro de 1822, a Viena, dizendo que as cortes deveriam “estar dementes”, para tentar impor tal retrocesso institucional ao Brasil. (REZZUTTI, 2017, p. 205)

10 Criação de Juntas Provisórias de Governo nas Províncias e Ordem para o Regresso do Príncipe D. Pedro para Portugal – Decretos das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. 29 de setembro de 1821.



Thales Leite

Primeiro esboço conhecido da bandeira imperial brasileira. O modelo da coroa é o utilizado pelo Sacro Império Romano-Germânico.

Museu de Arte do Rio / Secretaria Municipal de Cultura da cidade do Rio de Janeiro.

Dia do Fico

Os brasileiros, até então silenciosos, começaram a temer os rumos que as cortes tomavam e passaram a se manifestar dentro do Exército e na imprensa. Já D. Pedro, todas as vezes em que se manifestava, mostrava acatamento às ordens das cortes e pronto a voltar a Lisboa.

A notícia da tendência de D. Pedro em acatar as ordens caiu como uma bomba na cidade do Rio de



Janeiro. Com a extinção do Reino haveria a consequente fragmentação do país em tantas colônias quantas capitanias existentes, e ficariam mais de oitocentas famílias sem renda. Tal fato afetaria diretamente os comerciantes. Ademais, também ficou claro que aos brasileiros natos ficaria vedado o acesso às altas patentes das Forças Armadas. Nesse contexto começou a se desenhar a reação brasileira, cuja primeira manifestação foi o “Fico”.

Em dezembro de 1821, D. Leopoldina, em função de sua participação nos negócios públicos, entrou em contato com um grupo de “patriotas brasileiros”. Esse grupo, inicialmente, visava a emancipação política do Reino do Brasil e, posteriormente, em função da miopia política das cortes, migrar para a defesa da independência total do Brasil. Seu contato mais próximo deu-se com o frei Francisco de Santa Thereza de Jesus Sampaio, em cuja cela, no convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, conspirava-se tanto quanto nas lojas maçônicas do país.

D. Pedro, a princípio, tentava evitar qualquer contato com esse grupo, pois temia, não sem razão, vir a ser responsabilizado pelas cortes. D. Leopoldina, com maior clarividência política, percebia que Portugal, nas mãos das cortes, já estava perdido para o casal, mas que o Brasil era uma tela em branco, com potencial de vir a ser uma potência muito mais relevante no concerto das nações do que a antiga metrópole.



D. Leopoldina também concluiu, e bem antes de seu marido, que, se as ordens de Lisboa fossem cumpridas, o Brasil esfacelar-se-ia em diversas colônias distintas, tal como ocorria na América espanhola. Essa era também a visão dos “patriotas brasileiros” que defendiam a manutenção do Reino.

Nesse momento iniciou-se a obra de persuasão e convencimento de D. Pedro. A esse respeito, escreveu D. Leopoldina a seu secretário particular, Jorge Antônio von Schäffer:

Fiquei admiradíssima quando vi, de repente, aparecer meu esposo, ontem à noite.

Ele estava mais bem disposto para os brasileiros do que eu esperava – mas é necessário que algumas pessoas o influam mais, pois não está tão positivamente decidido quanto eu desejaria.

Dizem aqui que tropas portuguesas o obrigarão a partir. Tudo então estaria perdido e torna-se absolutamente necessário impedi-lo.

Pernambuco deseja voltar à obediência, mas não quer nada saber das cortes – não deverá, porém, manifestá-lo sob pena de ele não aquiescer.

Responda-me depressa por escrito, pois não convém visitar-me, a fim de que não desconfiem.¹¹

11 Carta de D. Leopoldina a Jorge Antônio von Schäffer. (REZZUTTI, 2017, p. 207)



As manifestações pedindo que não partisse começam a chegar.¹² Foi guiado por sua esposa que D. Pedro se convenceu do erro que seria deixar o Brasil naquele instante.

Aos 9 de janeiro de 1822, em resposta a deputação do “Senado da Câmara da Cidade do Rio de Janeiro”, à qual se integrou um representante do governo da capitania do Rio Grande do Sul, bem como das Câmaras de Santo Antônio de Sá e de Magé, D. Pedro declara que ficará no Brasil e escreverá a Portugal argumentando acerca da impossibilidade de dar cumprimento aos decretos das cortes. Após o Fico, houve movimentações das tropas lusitanas, que, com certa dificuldade e bastante determinação, foram, ao final, vencidas.

José Bonifácio de Andrada e Silva

É nessa quadra dos acontecimentos que D. Leopoldina conhece José Bonifácio, então vice-presidente do governo de São Paulo. Vinha ele se encontrar com D. Pedro. Precedido por sua fama de sábio, D. Pedro o nomeara, à sua revelia, secretário do Reino, Justiça e Negócios Estrangeiros.

12 Representação da Junta Provincial de São Paulo pela suspensão da partida do príncipe regente para a Europa, de 24 de dezembro de 1821; Representação da Câmara de São Paulo, de 31 de dezembro de 1821; Representação do Bispo de São Paulo, de 1º de janeiro de 1822; Representação do povo do Rio de Janeiro ao Senado da Câmara pela permanência do príncipe regente no Brasil, de 2 de janeiro de 1822. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 520 a 541.



Aos 17 de janeiro, desembarcando em Sepetiba, próximo à fazenda Santa Cruz, onde D. Leopoldina estava desde o dia 12 de janeiro,¹³ manda-lhe a princesa real uma escolta, bem como cavalos descansados, solicitando que viesse encontrá-la. Ansiosa, D. Leopoldina adianta-se e vai ao encontro da comitiva, quando, então, encontram-se a meio caminho. Em carta a Martim Francisco, que ficara em São Paulo, José Arouche de Toledo Rendon, narrou o encontro.

D. Leopoldina soube como conquistar os paulistas:

Entre outras expressões dela capazes de arrancar lágrimas aos homens de sentimentos honrados, foi dizer que estimaria muito que vissemos seus brasileirinhos, além dos quais tinha um terceiro (apontou para o ventre), que entregaria aos cuidados dos honrados paulistas.¹⁴

Conversando em alemão¹⁵, D. Leopoldina, além de narrar os últimos acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro, comunicou a José Bonifácio sua nomeação como secretário de Estado. José Bonifácio inicialmente declinou

13 A razão de D. Leopoldina encontrar-se, naquela ocasião, em Santa Cruz foi devido a D. Pedro enviar sua família para a fazenda de propriedade da família real naquela localidade. Houve movimentação das tropas portuguesas no Rio de Janeiro, que estavam insatisfeitas com o Fico.

14 D. Leopoldina estava repetindo o gesto de sua bisavó, a grande Imperatriz Maria Thereza, que em 1741 apresentou-se aos húngaros, com o filho e herdeiro nos braços, colocando-se, voluntariamente, sob proteção daqueles, fazendo-os, assim, defensores do trono imperial.

15 Segundo outras fontes, foi em francês.



do convite, mas dada a insistência de D. Leopoldina, aceitou conversar primeiro com D. Pedro, antes de se decidir. Foi assim, agradavelmente impressionada pela acolhida de D. Leopoldina e pela lembrança dos seus pequenos brasileirinhos, que a delegação paulista seguiu para o Rio de Janeiro.

Na viagem forçada para Santa Cruz, o segundo filho do casal, D. João Carlos, adoecera. O jovem príncipe não mais se recuperaria, vindo a falecer, após longo padecimento, no dia 4 de fevereiro. Tanto D. Leopoldina quanto D. Pedro passaram a culpar as tropas portuguesas pela morte do infante.

Uma violenta constipação cortou o fio de seus dias. Este infortúnio é o fruto da insubordinação e dos crimes da divisão portuguesa. [...] A divisão auxiliadora, pois, foi a que assassinou o meu filho e neto de Vossa Majestade. Em consequência, é contra ela que levanto minha voz.¹⁶

Qualquer respeito que D. Pedro tinha às cortes morreu com seu filho. A partir daquele momento D. Pedro passou a ser incisivo em suas decisões.

Finalmente livre das tropas lusitanas, que D. Pedro despachou para Portugal, e auxiliado por José Bonifácio, que fora persuadido a aceitar sua nomeação, a regência

16 Carta de D. Pedro a seu pai, D. João, comunicando-lhe a morte de D. João Carlos. (REZZUTTI, 2017, p. 217-218)



passou a ter rumo claro e definido. O ministro possuía a plena confiança do príncipe regente. Consideravam ambos o Brasil como uma unidade política, equiparada em todos os seus direitos e prerrogativas a Portugal, como, aliás, o próprio D. João considerava. Nem D. Pedro nem José Bonifácio queriam a separação dos dois reinos. No entanto, defendiam uma plena autonomia administrativa de ambos e consideravam o Brasil a parte mais valiosa e frutuosa da monarquia.

As regências de D. Leopoldina



Taísa Viana/Câmara dos Deputados

Sessão do Conselho de Estado de 2 de setembro de 1822.
Georgina Albuquerque (1922)

Museu Histórico Nacional/Ibram/MinC/nº 043/2017.



Em sua luta para manter a unidade do Reino do Brasil e assim fortalecer sua posição frente às cortes, D. Pedro resolveu visitar Minas Gerais, capitania que havia aderido ao seu governo logo após o Dia do Fico, enviando seu vice-presidente ao Rio de Janeiro para prestar homenagem ao príncipe, em cuja junta provisória começavam a preponderar elementos pró-Lisboa.

Nessa primeira viagem de D. Pedro como regente, ocorrida entre março e abril de 1822, D. Leopoldina permaneceu no Rio de Janeiro, onde dividiu a regência com José Bonifácio. A íntima colaboração da princesa com o ministro é atestada pela correspondência entre os dois, guardada no Museu Imperial. (OBERACKER JR., 1973, p. 253)

Durante a ausência do príncipe a cidade do Rio de Janeiro conspirava. D. Leopoldina, francamente pró-Brasil, também conspirava. Informava-se das novidades não apenas por intermédio do major von Schäffer, como também pelo barão de Mareschal, secretário da legação austríaca.

Em ofício a Viena, Mareschal declarava estar aconselhando D. Leopoldina a não se imiscuir nos problemas políticos do Brasil. Entretanto, no Brasil, tendo concluído pelo desatino das determinações das Cortes, Mareschal conspirava com D. Leopoldina a favor dos patriotas brasileiros.

Em agosto de 1822, as ideias de D. Leopoldina já haviam evoluído. Defendia, então, a plena independência do Brasil.



O Brasil é grande demais, poderoso e, conhecendo sua força política, incapaz de ser colônia de uma corte pequena, por isso custará muitas lutas duras e sangrentas. E, como me parece, pelo que meu humilde entendimento permite, o ódio dos europeus contra o Brasil é tão grande que terminará com o extermínio dos primeiros.¹⁷ Embora o senhor sempre tenha proibido, o meu coração e mente, amantes apenas da verdade, de falar abertamente, não posso deixar desta vez de tentar minha sorte. Segundo todas as notícias confiáveis da pátria-mãe [Portugal], a única conclusão a que se pode chegar é que Sua Majestade, o rei, está sendo mantido pelas cortes numa prisão elegantemente disfarçada; nossa partida para a Europa é impossível, já que o nobre espírito do povo brasileiro se mostrou de todas as formas possíveis e seria a maior ingratidão e erro político crassíssimo se nosso empenho não fosse manter e fomentar a sensata liberdade e consciência de força e grandeza deste lindo e próspero reino, que nunca poderá ser subjugado pela Europa, [...] eu, por mim, estou convicta, querido pai, como deseja tudo o que é nobre e bom, de que o senhor nos apoiará na medida do possível e com toda a força e poder possível [...].¹⁸

17 Carta de D. Leopoldina a sua irmã Maria Luísa. (REZZUTTI, 2017, p. 224)

18 Carta de D. Leopoldina a seu pai, imperador Francisco. (REZZUTTI, 2017, p. 224)



Tendo a viagem a Minas Gerais sido um grande sucesso e surgido problemas na junta governativa de São Paulo, em agosto de 1822, D. Pedro delibera viajar àquela capitania. Aos 13 de agosto de 1822, publica decreto delegando o governo a sua mulher:

Tendo de ausentar-me desta capital por mais de uma semana para ir visitar a província de São Paulo, e cumprindo a bem dos seus habitantes e da segurança e tranquilidade individual e pública, que o expediente dos negócios não padeça com esta minha ausência temporária, hei por bem que os meus ministros e secretários de Estado continuem nos dias prescritos, e dentro do paço, como até agora, debaixo da presidência da princesa real do Reino Unido, minha muito amada e prezada esposa, no despacho do expediente ordinário das diversas secretarias do Estado e repartições públicas que será expedido em meu nome, como se presente fora; e hei por bem outrossim que meu conselho de Estado possa igualmente continuar as sessões nos dias determinados ou quando preciso for, debaixo da presidência da mesma princesa real, a qual fica desde já autorizada para, com os referidos ministros e secretários do Estado, tomar todas as medidas necessárias e urgentes ao bem e salvação do Estado; e tudo me dará imediatamente parte para receber a minha aprovação e ratificação, pois espero que nada obrará que não seja



conforme às leis existentes e aos sólidos interesses d'Estado.

O ministro de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros o tenha assim entendido e faça executar os despachos necessários.

Palácio do Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1822.

Com a rubrica de S.A.R. o príncipe regente.

José Bonifácio de Andrada e Silva.

Estava montado o cenário da Independência, e faltava apenas a ofensa final das cortes para retirar de D. Pedro os escrúpulos finais que o impediam de romper definitivamente os laços do Brasil com Portugal.

Em julho de 1822 as cortes votaram uma série de resoluções por intermédio das quais imaginavam corrigir os rumos do Brasil. Negavam a petição de D. Pedro para que se repensasse a fragmentação do Reino do Brasil em províncias diretamente vinculadas a Lisboa.

As cortes consideravam injuriosa a linguagem usada pelo governo provisório de São Paulo em dezembro de 1821, na qual os paulistas pediam a permanência de D. Pedro no Brasil e que ele não mais obedecesse às ordens de Lisboa.

Todos os membros da junta, inclusive José Bonifácio, deveriam ser presos e enviados para Lisboa, onde seriam julgados. Todas as determinações de D. Pedro seriam anuladas. Por fim, as cortes determinavam a imediata volta



de D. Pedro à Europa, onde deveria complementar sua educação. Essas notícias chegam ao Rio de Janeiro aos 21 de setembro, a bordo do navio Quatro de Abril.

Ao mesmo tempo, chegava a informação de que Lisboa preparava uma poderosa frota e um grande exército, que seria composto por 7.200 homens, para subjugar o Brasil, e, ainda, de que o príncipe regente fora ofendido por diversos deputados radicais, o que denotava, tanto para D. Leopoldina como para o próprio D. Pedro, a completa falta de respeito para com a família real.

No dia 2 de setembro, às 11h, reuniu-se o Conselho de Estado sob a presidência de D. Leopoldina, no Paço da Boa Vista, para deliberar sobre as últimas determinações das cortes.

[...] e ali se deliberou sem discussão, depois de José Bonifácio ter feito uma exposição verbal do estado em que se achavam os negócios públicos [...] dizendo ter chegado a hora de acabar com aquele estado de contemporizar com os seus inimigos; que o Brasil tinha feito tudo quanto humanamente era possível fazer para conservar-se unido com dignidade a Portugal; mas que Portugal, em vez de acompanhar e agradecer a generosidade com que o Brasil o tratava, insistia nos seus nefastos projetos de o tornar à miserável condição de colônia, sem nexos nem centro de governo, que portanto ficasse com ele a responsabilidade da separação. Propôs que



se escrevesse a D. Pedro para que Sua Alteza real houvesse de proclamar a independência sem perda de tempo. Todos os ministros foram unânimes em favor desta ideia. A princesa real que se achava entusiasmada em favor da causa do Brasil, sancionou com muito prazer a deliberação do conselho. (MORAES apud OBERACKER JR., 1973, p. 274 et seq.)

Juntamente com os despachos de Lisboa seguiram três cartas para D. Pedro, uma de D. Leopoldina, uma de José Bonifácio e uma terceira de Henry Chamberlain, cônsul geral da Inglaterra no Brasil.

Eis o conteúdo da missiva escrita por D. Leopoldina a seu marido:

Pedro, o Brasil está como um vulcão.
Até no paço há revolucionários.
Até portugueses são revolucionários.
Até oficiais das tropas são revolucionários.
As cortes portuguesas ordenam a vossa partida imediatamente, ameaçam-vos e humilham-vos.
O conselho do Estado aconselha-vos para ficar.
Meu coração de mulher e de esposa prevê desgraças, se partirmos agora para Lisboa. Sabemos bem o que têm sofrido nossos pais. O rei e a rainha de Portugal não são mais reis, não governam mais, são governados pelo despotismo das cortes que perseguem e humilham os soberanos a quem devem respeito. Chamberlain vos contará tudo



o que sucede em Lisboa. O Brasil será em vossas mãos um grande país. O Brasil vos quer para seu monarca. *Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio ele fará a sua separação. O pomo está maduro, colhei-o já, senão apodrece.* Ainda é tempo de ouvirdes o conselho de um sábio que conheceu todas as cortes da Europa, que além de vosso ministro fiel, é o maior de vossos amigos. Ouvi o conselho de vosso ministro, se não quiserdes ouvir o de vossa amiga. Pedro, o momento é o mais importante de vossa vida. Já dissestes aqui o que ireis fazer em São Paulo. Fazei, pois. Tereis o apoio do Brasil inteiro e, contra a vontade do povo brasileiro, os soldados portugueses que aqui estão nada podem fazer.

Leopoldina¹⁹

19 D. Leopoldina havia escrito uma outra carta, datada de 29 de agosto, na qual, diante das ameaças de desembarque de tropas portuguesas, solicitava a volta imediata de D. Pedro ao Rio de Janeiro. Essa carta alcançou D. Pedro pouco antes dos documentos acima referidos.

Há uma discussão histórica acerca da autenticidade da carta acima transcrita, principalmente por não haver sido encontrada. Carlos Henrique Oberacker Jr., em seu alentado trabalho sobre D. Leopoldina, discute a querela e, revi-



José Rosael

Independência ou Morte, Pedro Américo (1888)

Museu Paulista/USP

Vasconcelos de Drummond, presente no paço naquele dia, fez em suas *Anotações* uma interessante observação, logo após narrar o fato de ter D. Leopoldina lido, em voz alta, o teor da carta que estava enviando a D. Pedro. Admirado com a sagacidade política da princesa real, o conselheiro comentou com José Bonifácio sua surpresa:

[...] qual não foi a admiração do conselheiro, quando viu que aquele relato e as reflexões que o acompanhavam eram de tal maneira que poderiam ter sido escritos pelo mais perfeito diplomata e que os conselhos que dava uma jovem princesa de 22 anos [na ver-

sitando os depoimentos dos contemporâneos, alguns dos quais testemunhas oculares dos eventos, apresenta fortes indícios de sua autenticidade. (OBERACKER JR., 1973, p. 273-283



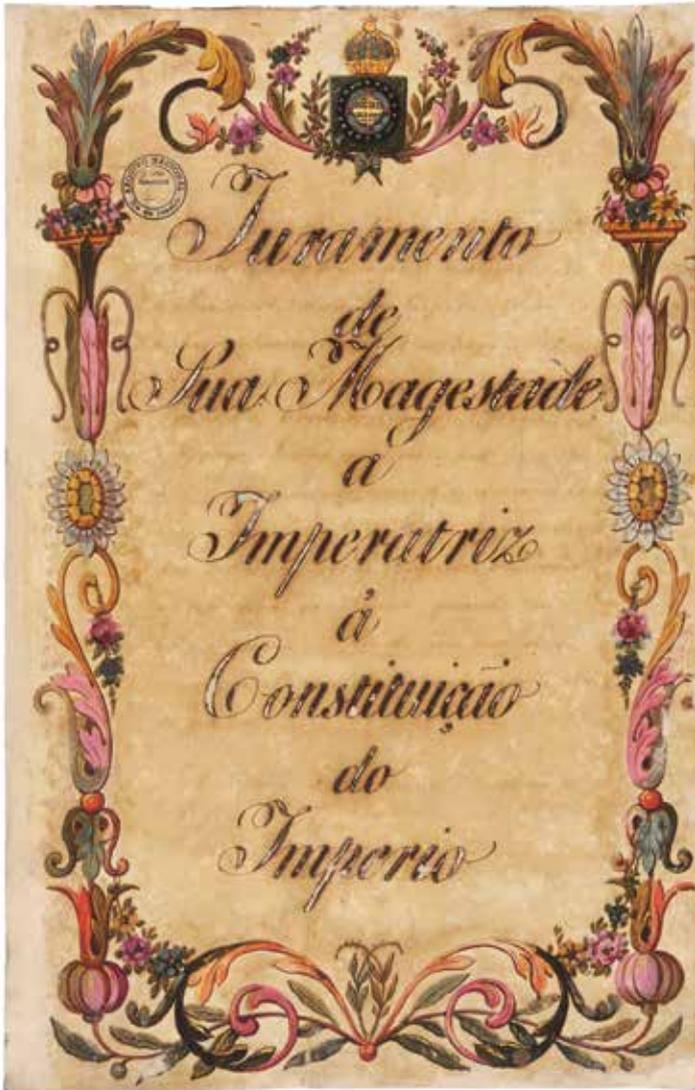
dade D. Leopoldina contava então com 25 anos] eram as do gênio e da experiência! [...] quando o mesmo confidente deu conta a José Bonifácio da sua surpresa, e das suas impressões, o venerável velho que todos os dias via a princesa no trabalho, disse:

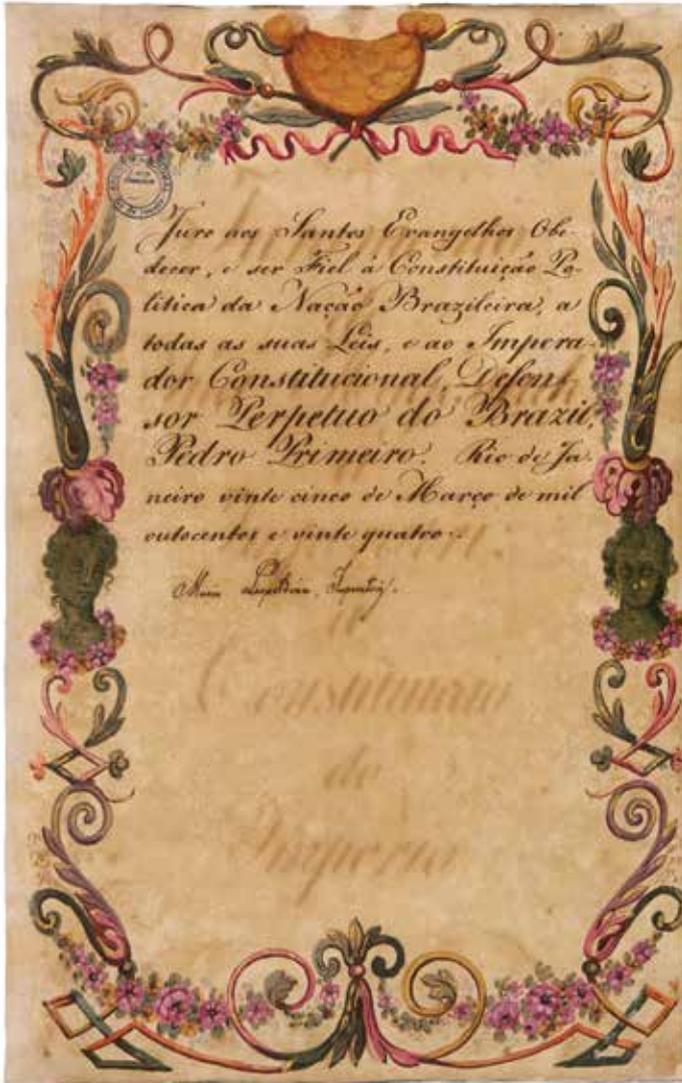
Meu amigo, ela deveria ser ele! (OBERACKER JR., 1973, p. 275)

A participação política de D. Leopoldina continuaria, mormente na ingente porfia que significou o reconhecimento de nossa independência, e, por consequência, na sua consolidação.

A influência de D. Leopoldina junto ao seu pai, o imperador Francisco I da Áustria, foi decisiva, e a ela o poderoso chanceler príncipe de Metternich teve de se curvar, aceitando a independência brasileira. Esse reconhecimento terminou por forçar o próprio Reino de Portugal a assentir na nossa emancipação política em 1825.

Em 1º de dezembro de 1822, D. Pedro I e D. Maria Leopoldina foram coroados como os primeiros imperadores do Brasil, na Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo, a catedral velha do Rio de Janeiro. Em 25 de março de 1824, o casal imperial jurou a Constituição do país.





Juramento da Imperatriz D. Leopoldina à Constituição de 1823.
Arquivo Nacional.



IV

**A EXPEDIÇÃO
CIENTÍFICA
AUSTRIACA**





CAPÍTULO IV

A Expedição Científica Austríaca

O Brasil teve o privilégio de ser retratado e estudado por artistas e cientistas europeus de primeira ordem muito antes dos demais países americanos. Ainda no século XVII, no âmbito da ocupação holandesa do Nordeste brasileiro, o conde João Maurício de Nassau-Siegen trouxe ao Brasil um significativo grupo de colaboradores, dentre os quais podemos citar: Willen Piso, médico que veio estudar doenças tropicais; Frans Prost, célebre pintor, então com vinte e poucos anos; Albert Eckhout, também pintor; o cartógrafo Cornelius Golijath; e o astrônomo Georg Marggraf, que, com Piso, seria o autor da *Historia Naturalis Brasiliae* (Amsterdã, 1648), primeira obra de carácter científico sobre a natureza brasileira. Nassau também se preocupou em perpetuar os eventos políticos de sua administração, encomendando a Caspar Barlaeus uma história de seu governo no Brasil.

Em que pese essa precocidade, uma vez expulsos os holandeses, os portugueses tomaram consciência de que a recuperação do território foi fruto de uma série de felizes circunstâncias, que poderiam não mais se repetir, na eventualidade de alguma nova invasão do território



da América lusitana. Diante desse quadro, Portugal tomou como política de Estado vedar o acesso das suas possessões ultramarinas a todo e qualquer estrangeiro, proibindo, inclusive, a publicação de qualquer notícia ou referência às terras americanas.

Tal política de Estado foi eficazmente seguida por várias gerações, desde meados do século XVII até a vinda da família real para o Brasil.

A abertura dos portos e a consequente revogação da proibição de desembarque de estrangeiros em terras brasileiras (simbolizadas com o decreto da Abertura dos Portos, primeiro ato assinado pelo príncipe regente D. João, durante sua estada em Salvador) coincidiam com um momento difícil para os naturalistas europeus, pois o trânsito destes pela Europa estava significativamente dificultado pelas guerras napoleônicas. Além disso, havia enorme ausência de saber acerca dessa imensa porção do território do globo, o que despertou grande interesse científico no mundo.



À esquerda, Johann Baptist von Spix, Franz Hanfstaengl. À direita, Carl Friedrich Philipp von Martius, J. Kuhn.

WAGNER; BANDEIRA, 2000, p. 246, 248.

Nesse contexto mundial, a princesa D. Leopoldina, ainda com cerca de quatorze anos de idade, passou a demonstrar um especial interesse pelas ciências naturais, especialmente pela geologia e botânica. Tal fato não passou despercebido de seus professores e de seu genitor, o imperador Francisco I da Áustria. Estranharam o interesse da jovem princesa, pois julgavam que seria mais natural que tais inclinações surgissem em algum dos príncipes, não em uma princesa, mas nada fizeram para dificultar-lhe os estudos.

Assim sendo, em 1817, quando do anúncio próximo do casamento da arquiduquesa da Áustria, D. Leopoldina, com o príncipe real do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, D. Pedro de Alcântara, imediatamente organizou-se, sob os auspícios da Coroa Austríaca, aquela que



viria a ser a principal expedição científica ao interior das até então desconhecidas terras brasileiras.

O diretor do Museu de História Natural de Viena, Carl Franz Anton von Schreibers, foi encarregado pelo príncipe de Metternich de escolher seus membros.

Do Império Austríaco foram escolhidos:

- Johann Christian Mikan, médico e professor de botânica da Universidade de Praga, a quem foi entregue o encargo de chefiar a missão;
- Thomas Ender, pintor que acompanharia a expedição como paisagista;
- Johann Natterer, assistente do conservador do Gabinete Imperial de História Natural;
- Dominik Sochor, zoólogo;
- Heinrich Wilhelm Schott, chefe dos jardins do palácio do Belvedere, em Viena, com encargo de coletar plantas vivas para o parque do palácio de Schönbrunn;
- Johann Emanuel Pohl, mineralogista e botânico da Universidade de Praga; e
- Johann Buchberger, pintor naturalista.

Do Reino da Baviera seguiam:

- Johan Baptist von Spix, zoólogo; e
- Carl Philipp von Martius, botânico.



Já o Grão-Ducado da Toscana indicou:

- Giuseppe Raddi, botânico e zoólogo.

Também compunham a comitiva da princesa o conservador do Gabinete de Mineralogia da Corte, Roque Schüch, que se radicou no Brasil, pai do futuro barão de Capanema, e o pintor de plantas e de paisagens G. K. Frick.



À esquerda, Johann Natterer. À direita, Johann Emanuel Pohl, Adolf F. Kunlke.

WAGNER; BANDEIRA, 2000, p. 236, 240.

A expedição permaneceu por meio ano no Rio de Janeiro para preparar a viagem, tendo contratado toda uma equipe de apoio composta de guias, tropeiros, escravos e índios, que viabilizariam a parte operacional da expedição.

Em função dos interesses e por discordarem do percurso a seguir, a expedição subdividiu-se:



- Mikan, Shott e Buchberger seguiram pela mata do litoral até Cabo Frio;
- Ender, von Spix e von Martius partiram para São Paulo;
- Natterer, Sochor e Pohl exploraram a província do Rio de Janeiro.

Por problemas de saúde Ender e Buchberger voltaram para a Europa em 1º de junho de 1818, juntamente com Mikan, levando diversos animais vivos. Schott permaneceu no Rio de Janeiro preparando as plantas colhidas. Pohl seguiu para Minas Gerais e Goiás fazendo pesquisas mineralógicas. Natterer foi para o Mato Grosso.

Pohl, após cinquenta meses de viagens, regressou ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1821, com 111 caixotes de material coletado. Embarcou para Viena com cerca de duzentos animais vivos e quase 1.600 espécies de plantas cultivadas por Schott. Acompanharam o mineralogista dois botocudos: João, com 20 anos de idade, e Francisca, com 21.



Heinrich Wilhelm Schott, diretor do jardim imperial da corte.
(Por volta de 1860).

WAGNER; BANDEIRA, 2000.



À esquerda, Johann Christian Mikan, Friedrich
Lieder. À direita, Thomas Ender, Franz Xaver Stöber.

WAGNER; BANDEIRA, 2000, p. 224, 634.



Natterer e Sochor seguiram desbravando o Brasil, tendo o segundo falecido em 13 de dezembro de 1826, em São Vicente, Mato Grosso, onde foi sepultado. Natterer chegou à Amazônia, subindo o rio até a fronteira com a Venezuela. Por três anos, explorou a bacia do rio Branco. Em 1835, retornou a Viena, com sua esposa, Maria do Rego, uma índia Mura, e três filhos nascidos no Brasil, chegando, no outono de 1836, após dezoito anos de viagens. Seguiram consigo 37 grandes caixas com animais coletados. A esposa e os dois filhos menores não resistiram ao primeiro inverno europeu. A filha mais velha, Gertrudes, anos depois, casar-se-ia com um aristocrata, tornando-se a baronesa Schröckinger von Neuenberg.

Partindo do Rio de Janeiro, o grupo expedicionário de von Spix e von Marcus cruzou as províncias de São Paulo e Minas Gerais, subiu o São Francisco até os limites de Goiás, atravessou os sertões da Bahia, de Pernambuco, Piauí e Maranhão. Ao chegar a Belém do Pará, a expedição dividiu-se para explorar alguns dos maiores rios da região amazônica, reencontrando-se, um ano depois, em Santarém, de onde retornaram à Europa em 1820.

Indubitavelmente foi um feito na história da ciência. von Spix, von Marcus e Netterer, ao percorrerem mais de dez mil quilômetros de regiões inóspitas, onde havia carência de tudo, e ao reunirem milhares de espécimes de nossa fauna e flora, além de um vasto material etnográfico dos povos com que mantiveram contato, conqui-



taram seus lugares entre os grandes expedicionários científicos da era moderna.

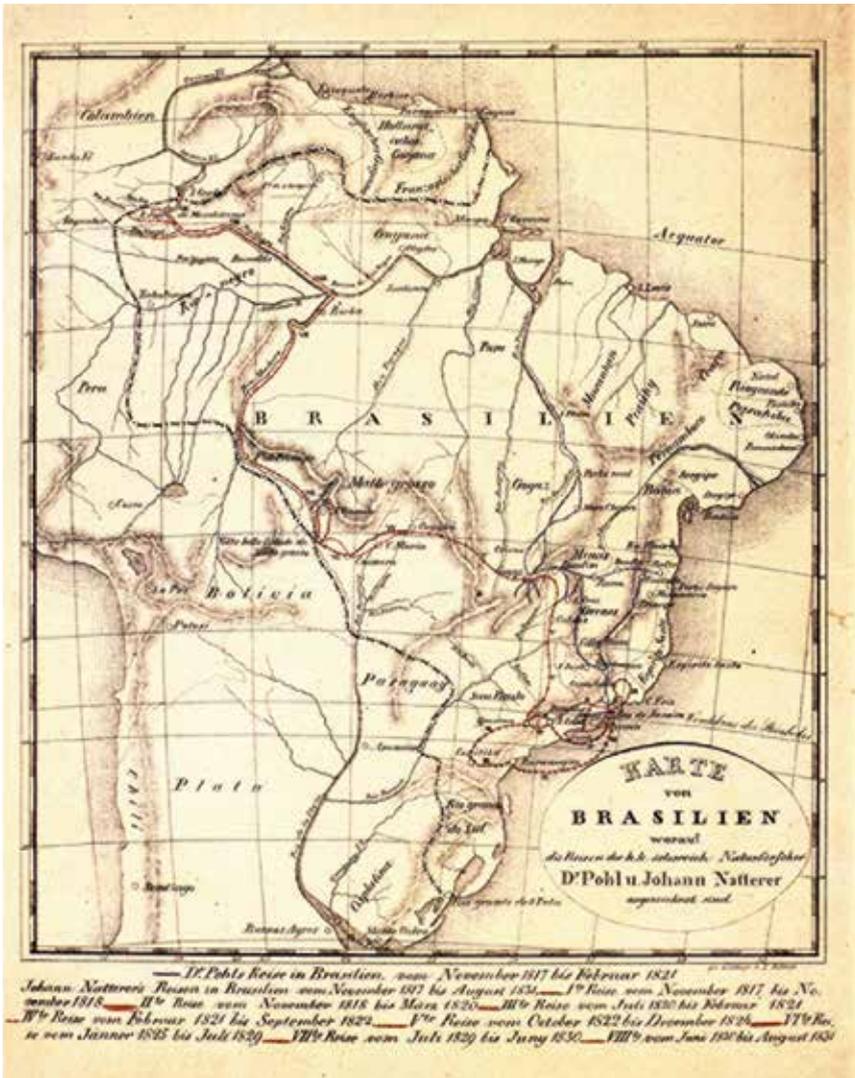
A quantidade e a variedade do material recolhido possibilitaram ao botânico von Martius, com a ajuda de especialistas de todos os países, publicar o maior estudo já feito sobre flora de determinado país: *Flora Brasiliensis*, obra que veio à luz entre 1840 a 1906, na qual são descritas e catalogadas mais de vinte mil espécies de vegetais, dos quais mais de cinco mil pela primeira vez.

Von Spix e von Martius descreveram sua aventura no livro *Viagem pelo Brasil nos anos de 1817 a 1820*, no qual esboçaram imagens da natureza e da sociedade brasileira em três tomos editados em 1823, 1828 e 1831. A edição brasileira, promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) data de 1938.

Tendo sido um sucesso literário, o livro de von Spix e de von Martius recebeu muitas edições de luxo na Europa, sendo ilustradas por numerosos desenhos da autoria de Thomas Ender (que deixou mais de setecentas aquarelas sobre o Brasil), do próprio von Martius, além de outros membros da expedição.



D. LEOPOLDINA, IMPERATRIZ E MARIA DO BRASIL



Rotas da expedição científica austríaca. À esquerda, viagem de Natterer e Pohl. À direita, viagem de von Martius e von Spix.

Elaboração: Ely Borges.



Pohl publicou a *Plantarum Brasiliae Icones* entre 1827 e 1829, em edições de luxo, financiadas pelo próprio Francisco I. Ender também foi responsável por ilustrações para as viagens de Pohl. Muitos de seus diversos desenhos da região do Rio de Janeiro e da província de São Paulo somente viriam a ser conhecidos após sua morte, em 1875.

Já Natterer, cuja permanência no Brasil estendeu-se até 1836, tendo explorado vários dos grandes rios amazônicos, classificou um sem-número de novas espécies de pássaros, borboletas e peixes, além de um farto material etnográfico coletado, tais como potes, enfeites de penas, tacapes e sarabatanas com flechas envenenadas. O material coletado foi o acervo que justificou a criação de um museu especialmente dedicado ao Brasil, em Viena, o *Brasilianeum*, posteriormente incorporado ao Museu Vienense de História Natural, representando um terço de seu acervo total o material brasileiro.

Giuseppe Raddi retornou à Toscana com cerca de 450 plantas, além de inúmeras e variegadas sementes com as quais montará um herbário em Florença, que o tornará famoso.



V

**DOENÇA, MORTE E
CONSAGRAÇÃO PELA
POSTERIDADE**





CAPÍTULO V

Doença, Morte e Consagração pela Posteridade



Vista da fazenda de Santa Cruz a partir do leste e do jardim chinês, Thomas Ender.

WAGNER; BANDEIRA, 2000, p. 779.

Três tristes eventos em 1826

Se o mês de setembro de 1822 marcou o auge da influência política de D. Leopoldina, coincidindo com a vitória de seu ponto de vista a favor da completa emancipação política do país, outrossim marcou o início de seu desastre doméstico. Foi na viagem que fez a São Paulo que D. Pedro conheceu Domitila de Castro Canto e Melo, a futura marquesa de Santos.



D. Pedro já havia tido várias outras amantes. No entanto por nenhuma nutriu tanta paixão, nem por tanto tempo, como por Domitila. Com o tempo a relação de secreta transformou-se em discreta, depois conhecida e, por fim, pública. D. Leopoldina aturou a transformação da relação do marido com a amante em silêncio e com muita dignidade.

As ofensas à sua pessoa foram cada vez se tornando mais graves e frequentes, chegando ao ponto de D. Pedro impor a presença da amante à sua esposa, uma vez que a nomeou camarista da imperatriz, cargo que lhe conferia o direito de acompanhar D. Leopoldina a todos os lugares, sendo-lhe destinado lugar de honra logo após os imperadores em qualquer ocasião pública.

Em princípio de 1826, o caso amoroso de D. Pedro com Domitila de Castro, mesmo que conhecido, não estava ainda completamente escancarado. Dois eventos aconteceriam naquele ano que alterariam a situação.

Em razão das constantes sublevações no Norte, D. Pedro resolveu fazer uma grande viagem a Salvador. Uma visita em que, ao contrário das anteriores, D. Pedro fez-se acompanhar por todo o aparato do Estado: seus ministros de Estado, militares, altos cortesãos, a imperatriz e as damas da imperatriz. Acerca dessa viagem, que teve início em fevereiro de 1826, o secretário da legação austríaca, barão de Mareschal, oficiou:



A viagem da corte à Bahia deu lugar a um grande escândalo; ver o imperador fazer acompanhar-se no mesmo navio pela imperatriz, sua filha mais velha e sua amante ofendeu necessariamente todo o mundo, mas o medo pessoal que a violência do carácter deste príncipe inspira fechou a boca de todos. A senhora arquiduquesa que, naturalmente, se devia sentir a mais ferida, mostrou a este respeito a mais perfeita indiferença. [...] (REZZUTTI, 2017, p. 285)

O escândalo público foi tal que, na cidade do Rio de Janeiro, se comentou que o imperador levava a mulher para esconder a amante.

Já em maio daquele mesmo ano, tendo a corte já voltado ao Rio de Janeiro, D. Pedro protagonizará uma segunda grande ofensa moral a D. Leopoldina. Naquela ocasião, D. Pedro fará o reconhecimento público da paternidade de sua filha, tida com a amante em 1824, Isabel Maria de Alcântara Brasileira, logo titulada como duquesa de Goiás, por intermédio de decreto ministerial, subscrito por três ministros de Estado. Com esse ato D. Pedro oficiava, publicamente, seu adultério.

Se D. Leopoldina, até aquele momento, podia fingir ignorar os desrespeitos e afrontas de seu marido, a partir do reconhecimento público da paternidade da duquesa de Goiás e do solene beija-mão que D. Pedro patrocinou,



na residência de sua amante, para a filha, a humilhação pública não mais poderia ser ocultada.

D. Leopoldina passa a ser a “mártir da paciência”. Preocupada com a dignidade do trono, passa a suportar todos os desatinos de seu marido, angariando de todas as camadas da população uma profunda, porém silenciosa, admiração. Até mesmo nas cerimônias oficiais, para espanto e admiração de todos, em prol da dinastia e do trono, não modifica sua conduta para com a agora pública amante de seu marido. Em privado, no entanto, é presa em uma profunda melancolia que a faz perder completamente qualquer alegria.

A imperatriz, entretanto, ainda que suportasse calada todos os desatinos morais de seu marido, somatizava-os. Nervosa por natureza e de carácter irascível, fazia força sobre-humana para fingir perante todo mundo indiferença e calma interiores. Em sua farta correspondência pode-se ler que, desde pequena, D. Leopoldina, quando submetida a pressão, sofria desarranjos em sua saúde.



D. Leopoldina no penúltimo ano de vida, Arnaud Julien Pallière (1825)

LAGO; PESSOA; BANDEIRA, 2011.

D. Pedro tomaria, ainda naquele ano de 1826, uma terceira atitude, de forma a agravar, ainda mais, a honra da imperatriz.

D. Pedro, além da enorme paixão por Domitila de Castro, simpatizara-se profundamente com toda a sua família, derramando sobre ela benesses de toda natureza. O pai da marquesa, o coronel João de Castro Canto e Melo, promovera a brigadeiro, Grande do Império, camarista de Sua Majestade, comendador da Imperial Ordem de



Cristo e da Imperial Ordem de São Bento de Avis e, por fim, titulara-o visconde de Castro, com honras de grandeza, em outubro de 1826.

Cinco dias após haver recebido seu título, o visconde de Castro sofreu uma apoplexia e ficou prostrado na cama. O imperador, quebrando todas as regras de protocolo e precedência, prostrou-se em sua cabeceira, onde praticamente exerceu, por quase um mês, a função de enfermeiro. Durante aquele longo período, D. Pedro não retornou à sua residência.

O barão de Mareschal, em um inquérito pessoal, conseguiu, por intermédio de funcionários do paço, informações acerca do ocorrido. Em 21 de outubro, exasperada com o prolongado distanciamento do imperador do palácio, D. Leopoldina, novamente grávida, escrevera uma carta a D. Pedro na qual afirmava:

Senhor, faz um mês que o senhor não dorme mais em casa; desejarei que o Senhor deixasse reconhecer uma das duas [dando-lhe a entender com isto: S.M. a imperatriz, ela mesma, ou a amante, a marquesa de Santos], ou me dará licença de me retirar para junto de meu pai na Alemanha.

Maria Leopoldina d'Áustria (REZZUTTI, 2017, p. 308)



Retornando ao palácio apenas no dia 23, D. Pedro altercou-se com D. Leopoldina. Melo Moraes afirmou que as discussões daquela noite tornaram-se públicas. A “noite da grande questão” gerou:

[...] sérios comentários, até se dizendo que o imperador [lhe] atirara um pontapé no ventre, o que foi falso, não passando como em outras muitas ocasiões de insultuosas palavras de parte a parte. (MORAES apud REZZUTTI, 2017, p. 309)

O visconde faleceu em 2 de novembro, aos 85 anos de idade, sendo seu luxuoso funeral arcado pelo Estado.



D. Leopoldina em passeio a cavalo, Charles Landseer (1826)

Instituto Moreira Salles.



Doença e morte

No dia 3 de novembro, D. Leopoldina apresentou as primeiras febres da doença que lhe cortaria os dias de vida. Acerca de sua doença, Melo Moraes escreveria:

A imperatriz D. Maria Leopoldina adoeceu nos primeiros dias de novembro de 1826, estando grávida de três meses, tendo por causa a grande questão que teve com o marido. Ela sofria dor em uma perna, e ataques de melancolia, que a faziam chorar como uma criança, e dizia que tinha uma saudade excessiva de sua família e de sua pátria, e da sua Bobó [sua velha babá – na verdade Nanny], que era ama que a tinha criado, a qual veio com ela ao Rio de Janeiro, e nele esteve seis meses, voltando depois para Viena. Neste estado deixou de passear a cavalo, e só o fazia de carruagem com as filhas e voltava no mesmo estado de tristeza, dizendo sempre que morria. O Dr. Peixoto [sic], barão de Inhomerim, seu médico particular, a quem chamava “meu rico barão”, deu-lhe um vomitório; e depois dele principiou a passar mais incomodada. (MORAES apud REZZUTTI, 2017, p. 310)

A doença da imperatriz, ainda que a impedisse de comparecer ao beija-mão, não havia ainda atingido a gravidade que viria a ter, tanto que D. Pedro decidiu viajar para a Cisplatina. Seu escopo era animar o exército brasi-



leiro, que ali lutava contra sediciosos e tropas argentinas, que queriam incorporar a província àquela república.

Na manhã de 20 de novembro, antes do beija-mão de despedida, a imperatriz comunicou ao marido que não participaria do ato, ao qual estava prevista a presença da marquesa de Santos. Com bastante probabilidade, D. Leopoldina não estava com forças para uma cerimônia tão extenuante. O que se seguiu à sua decisão de não participar do cerimonial é controverso.

Segundo uma das versões, depois de a imperatriz dizer ao marido que não participaria do beija-mão, D. Pedro:

[...] tentou forçar Dona Leopoldina a entrar no salão onde se realizaria a cerimônia [...] acompanhada somente da dama paulista, a fim de burlar a opinião e abonar de crédito a marquesa diante do amparo a essa farsa. (RANGEL apud CASSOTTI, 2015, p. 252)

Parece que houve uma discussão muito forte, da qual somente Domitila foi testemunha. Todos os demais apenas ouviram as imprecações e altas vozes do casal imperial. Segundo outros, o casal chegou às vias de fato. Há ainda uma versão segundo a qual, no final da briga, D. Pedro teria se ajoelhado e pedido perdão à esposa, e que esta o teria perdoado.

O fato é que D. Pedro partiu para a Cisplatina no dia 24 de novembro, não sem antes a nomear, uma vez



mais, regente do império. No entanto, na noite daquele dia 20 de novembro, a saúde da imperatriz, segundo despacho do barão de Mareschal “parecia preocupante”. (CASSOTTI, 2015, p. 252). Disso deduz-se que a discussão com seu marido efetivamente abalou sua saúde.

Aos 29 de novembro de 1826, o *Diário Fluminense* comunicou um sucinto despacho do porteiro da Imperial Câmara: “Em consequência de continuar o incômodo de Sua Majestade a imperatriz, não há beija-mão nos dias 1º e 2 do próximo mês de dezembro”. (FRANÇA, 1972, p. 279).

Logo no dia seguinte, 30 de novembro de 1826, era publicado pelo *Diário Fluminense* o primeiro boletim médico acerca do estado de saúde da imperatriz. Trazia a firma do Dr. Vicente Navarro de Andrade, médico efetivo da Imperial Câmara, recém feito barão de Inhomirim, que viria a firmar todos os demais. Esse primeiro boletim iniciava-se da seguinte forma:

S.M. a imperatriz tem padecido vários incômodos que tiveram princípio com a entrada do mês de novembro, época em que fui convocado para ter a honra de assistir-lhe, e desde então até hoje, trinta do mesmo mês, não tem deixado de sofrer uma série de padecimentos diversos que se sucedem uns aos outros com diferente aparência. [...] (FRANÇA, 1972, p. 281)



As notícias vão-se intercalando. No dia 2 de dezembro era publicado o seguinte aviso:

Sexta-feira, primeiro do corrente, dia de grande gala por ser o quarto aniversário da Coroação e Sagração de Sua Majestade o Imperador, estiveram embandeiradas as fortalezas e embarcações de guerra, que deram as salvas do costume. Sentimos ter de acrescentar que não teve lugar o costumado cortejo, pela saudosa ausência do mesmo augusto senhor e, pela continuação da enfermidade de Sua Majestade a Imperatriz. (FRANÇA, 1972, p. 279)

No dia seguinte, novo aviso de semelhante teor, desta feita fazendo referência ao primeiro natalício de Sua Alteza Imperial o príncipe D. Pedro, que mais uma vez não seria acompanhado de beija-mão por não estar bem de saúde a imperatriz. Logo toda a cidade estava informada disso e começava a acompanhar a saúde da imperatriz.

No boletim médico do dia 2 de dezembro, noticiava-se o aborto espontâneo de D. Leopoldina:

[...] de um feto do sexo masculino, que mostrava ter de dois e meio a três meses; pareceu pela inspeção que a cessação de sua vida era mui recente, preparada talvez por efeito do crescimento febril e desordem extraordinária do sistema nervoso havidos no dia trinta de novembro. (FRANÇA, 1972, p. 283)



No dia 4 de dezembro, o mesmo Diário Fluminense publicava o boletim médico, assinado no dia anterior, 3 de dezembro, “pelo meio dia”:

S.M. a imperatriz passou a tarde de ontem com pouco cômodo; a febre conservou-se do mesmo modo que dantes, as evacuações biliosas, abundantes e numerosas, a tosse gutural teimosa, o sono pouco e não suficiente; pelas oito horas da noite houve um ligeiro espasmo da garganta com algum suor durante o mesmo espasmo. As dejeções perto da noite tornaram-se menos biliosas [...] e dormiu pequenos sonos, e em ocasião de acessos que teve de noite, notou-se alguma incoerência no que dizia. [...]

Hoje acha-se tudo no mesmo estado, e apenas se pode dizer que não está pior. (FRANÇA, 1972, p. 284)

Pela primeira vez consta que havia “alguma incoerência no que dizia” a imperatriz.

As manifestações públicas de solidariedade com a imperatriz são registradas a partir do dia 4 de dezembro.

[...] os fervorosos votos pela terminação de um incômodo desgraçadamente muito prolongado e que pelo seu carácter assustador faz estremecer os generosos corações de um povo, que adora as virtudes da augusta paciente, se têm mostrado da maneira mais evidente pelo con-



curso inumerável de pessoas, que se dirigem à imperial Quinta da Boa Vista desejosas de ouvir uma favorável notícia ou ao menos uma lisonjeira esperança.

Não é só no imperial Paço que se observam tão generosos sentimentos: nas praças e nas ruas desta cidade, nas conversações domésticas, o primeiro, e pode dizer-se exclusivo objeto de todas as esperanças é que o Supremo Rei dos Reis atenda às humildes e fervorosas súplicas que lhe dirige o povo brasileiro, acompanhando a Igreja nas preces públicas, que já se ordenaram e começaram nos sagrados templos, concedendo-nos ainda dilatados anos aquela, que hoje absorve todos os nossos cuidados e é o augusto objeto dos nossos votos. (FRANÇA, 1972, p. 284 et seq.)

No dia seguinte, era publicada no Diário Fluminense a seguinte nota do imperial Teatro de São Pedro de Alcântara: “Enquanto durar o muito sentido estado de incômodo de Sua Majestade a Imperatriz e continuarem as preces pela sua preciosa saúde não haverá espetáculos”. (FRANÇA, 1972, p. 285).

Com regularidade, os boletins vão-se sucedendo, com maior ou menor minúcia, noticiando a evolução do declínio da saúde da imperatriz, bem como dos tratamentos médicos que lhe iam sendo ministrados. Os boletins referem-se, diversas vezes, a conferências de



médicos realizadas para discutir o melhor tratamento a ser ministrado à doente.

A enfermidade, porém, continuava seu inexorável e cruel percurso, como que a zombar da ciência dos médicos de então.

O curto nono boletim médico, escrito “pelas cinco horas da tarde” do dia sete de dezembro, dizia:

Há pouco que acrescentar ao que se publicou esta manhã. Sua Majestade tem dormido alguma coisa; o crescimento desta tarde tem sido menos forte que o de ontem. A conferência das onze horas nada alterou ao tratamento em que Sua Majestade se achava. (FRANÇA, 1972, p. 285).

No entanto, o editorial do *Diário Fluminense* daquele mesmo dia foi redigido nos seguintes termos:

Ainda o céu não atendeu aos nossos rogos, cada vez mais frequentes e mais fervorosos. Debalde se têm atulhado os templos de humildes suplicantes e as preces, com que a Igreja implora a divina misericórdia tem ressoado ante os altares; Sua Majestade a imperatriz ainda suporta as crudelíssimas dores, ainda é presa da terrível enfermidade, que nos consterna. O povo desta capital continua na sua ansiedade a procurar em todos os momentos conhecer o seu estado aflitivo, já pelos boletins, já pessoalmente dirigindo-se à Imperial Quinta,



onde se misturam, grandes e pequenos, ricos e pobres com as lágrimas nos olhos, o rosto abatido e o coração repassado de amargura e inquietação, fazem tremendo esta pergunta: – Como está a imperatriz? É escusado particularizar corporações ou indivíduos: ninguém tem faltado a demonstrações tão sinceras como espontâneas.

Não contente a piedade do bom povo desta capital com as orações mencionadas, ontem à tarde, se dirigiu em devotas procissões, acompanhando as sagradas imagens das respectivas igrejas para a Imperial Capela, com as preces em tais casos costumadas; e aquelas de que tivemos notícias, foram as seguintes: a da Imperial Casa da Santa Misericórdia, com o Painei e Crucifixo; a da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, levando a imagem do Santo Patriarca; as Irmandades do Santíssimo Sacramento e da Senhora das Dores da Freguesia da Candelária, com a imagem da Senhora; a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, com a imagem da mesma Senhora; a de São Francisco de Paula, com a imagem do Santo (que ficou na Capela Imperial); e a da Conceição e Boa Morte com o Crucifixo, cuja sagrada imagem terminava igualmente todas as procissões mencionadas. Depois destas, concorreram as Freguesias da Sé (com a imagem de Nossa Senhora do Terço); da Candelária, São José e Santa Ana, indo incorporadas às ditas as irmandades e confra-



rias filiais respectivas. Concorria imensa gente pelas ruas, por onde transitavam as ditas procissões e todos juntavam suas súplicas cordiais e ardentes ao Supremo Árbitro da Vida e da Morte, para que prolongasse os preciosíssimos dias de Sua Majestade a imperatriz. (FRANÇA, 1972, p. 288-289)

No dia seguinte, o décimo boletim, assinado “pelas nove horas da manhã”, comunicava:

Sua Majestade a imperatriz passou mal a noite. [...] Não houve sintomas novos, mas cresceram infelizmente alguns dos que mais têm figurado, como delírio, sobressaltos, tremores, sonolência e as forças diminuem. Fez-se às oito horas desta manhã a conferência [dos médicos] que havia de ter lugar às onze, reconheceu-se aumento de gravidade. [...] (FRANÇA, 1972, p. 289)

A cidade reza pela imperatriz. Sempre seguindo os textos do *Diário Fluminense*, podemos ler:

As lisonjeiras esperanças, com que nos afagaram os boletins 8º e 9º se converteram em cruel consternação ao lermos o 10º. Sintomas fatais, que infelizmente sobrevieram. [...] já recomeçando as preces, já continuando as procissões. Com efeito, quinta-feira pela manhã se dirigiram à Imperial Capela as Ordens Terceiras de Nossa



Senhora do Carmo e de São Francisco, com as imagens respectivas; e a tarde a Freguesia da Candelária com a imagem da Senhora das Dores; a Irmandade da Imperial Casa da Santa Misericórdia, e a de Nossa Senhora da Glória conduzindo aquela venerável imagem, diante da qual tantas vezes vimos Sua Majestade ajoelhada com exemplar piedade e humildade, o que dobrava os motivos de nossa confiança. Grande número de criados da Imperial Casa desde a classe mais distinta, muitos oficiais do Exército, compunham aquele acompanhamento, e apesar de grossos chuvis, prosseguiram até a Imperial Capela, onde depositaram a Sagrada Imagem.

Na manhã de sexta-feira [8 de dezembro] compareceu no mesmo Templo a Ordem Terceira de Nossa Senhora da Conceição com a imagem da Senhora; e a tarde as Freguesias de São José, e da Candelária transportando a Imagem da Senhora das Dores, que ali ficou depositada, e do Sacramento com a Senhora do Terço, e a Imperial Casa da Santa Misericórdia, e as Ordens Terceiras do Carmo, São Francisco, Mercês e São Francisco de Paula, levando as três primeiras as Imagens de seus respectivos oragos. Estes atos de piedade, pelos quais a criatura fraca e miserável recorre ao poder e à misericórdia do seu Criador têm sido assistidos pelo Excelentíssimo Bispo Capelão-Mor que gemendo entre o vestíbulo e o altar, com lágrimas da compunção e de fervorosa



elevação, junta suas orações às dos seus queridos diocesanos, para apresentá-las ante o trono do Altíssimo, exceto quando seu dever e efeito o chamam para prestar a Sua Majestade os auxílios que a religião oferece, e as doces consolações que presta em momentos dolorosos.

E o céu será ainda surdo a tantas e tão sinceras deprecações? Cumpre-nos adorar seus impenetráveis segredos. Entretanto o boletim 12º que tão sofregamente se espera, dará talvez algum alento à nossa esperança. O coração assustado treme ... mas não falece a confiança na bondade do Criador, e nas virtudes excelsas de Sua Majestade. (FRANÇA, 1972, p. 290-291)

O esperado 12º boletim médico, datado do dia 9 de dezembro, “pelas nove horas da manhã”, no entanto, não foi portador de notícias alvissareiras, como o editoralista e toda a cidade do Rio de Janeiro almejavam. Pelo contrário, por ele já se podia vislumbrar que a marcha da doença poderia ser fatal. Eis seu conteúdo:

Ontem pelas oito horas da noite fez-se conferência, à qual, como de costume, assistiam todos os médicos e o cirurgião-mor; o estado de Sua Majestade a imperatriz nada tinha ganhado para melhor; convieram os conferentes na continuação dos mesmos remédios por subsistirem os mesmos motivos. Hoje repetiu-se a conferência pelas oito horas e como Sua Majestade



se achasse talvez mais perturbada do cérebro e nervos, resolveu-se que se adicionassem outros remédios aos que estavam em uso. [...] (FRANÇA, 1972, p. 291-292)

A extrema unção é anunciada no 15º boletim médico.

Dez de Dezembro, pelas seis horas da tarde – Sua Majestade continua a passar mal e como tivesse pelas onze horas da manhã um arrefecimento considerável de extremidades, administrou-lhe o excelentíssimo e reverendíssimo capelão-mor a extrema unção; presentemente cessou aquele arrefecimento, e acha-se Sua Majestade do mesmo modo e com a mesma gravidade de moléstia que se publicou nos últimos boletins. (FRANÇA, 1972, p. 292)

Décimo sexto boletim médico:

Onze de dezembro, pelas dez horas da manhã. – Sua Majestade a imperatriz tem passado pior; as suas forças vão desaparecendo e tudo quanto faz parte da sua enfermidade tem piorado. Tem-se posto em prática tudo quanto se podia aplicar interna e externamente e não há recurso que não se tenha tentado; por deliberação das conferências feitas de manhã e de tarde, Sua Majestade ainda vive e as diligências ainda



continuam, mas o seu estado é para desanimar.
(FRANÇA, 1972, p. 292)

Diante desse quadro o *Diário Fluminense* assim se expressou:

Os boletins acima transcritos fazem esmorecer a mais afoita confiança e lúgubres terrores que cedem a um tênue resto de consolação. Voltando portanto ao céu todas as vistas e levantando continuamente mãos suplicantes o bom e leal povo desta capital tem repetido as procissões dos dias precedentes. [...] Porém debalde reforçamos os brados... o boletim 16 entornou em nossas almas a amargura mais insuportável. (FRANÇA, 1972, p. 293)

O derradeiro boletim médico, o de número 17, foi lacônico:

Décimo sétimo Boletim, de 11 de dezembro, pelas 10 horas e um quarto. – Pela maior das desgraças se faz público que a enfermidade de Sua Majestade a Imperatriz resistiu a todas as diligências médicas, empregadas com todo o cuidado por todos os médicos da Imperial Câmara. Foi Deus servido chamá-la a Si pelas dez horas e um quarto. Barão de Inhomerim. (FRANÇA, 1972, p. 293)



Luto nacional



Vista da Glória e da cidade do Rio de Janeiro, Thomas Ender.

WAGNER; BANDEIRA, 2000, p. 270

Aos catorze dias do mês de dezembro de 1826, a cidade do Rio de Janeiro, que contava com mais de trezentos anos de sua fundação, acompanhou o mais pranteado enterro até então visto. Sepultava-se uma jovem, austríaca de nascimento, brasileira por adoção, a quem a população aclamava como “anjo tutelar do império”.²⁰ Seu nome:

20 Portugal, desde antes de se formar como nação, possui a especial devoção ao seu “Anjo Tutelar”, ou “Anjo Custódio”. D. Henrique de Borgonha, em sua guerra contra os mouros invocava “o Anjo protector dos portugalenses”. Quando nasceu aquele que viria a ser o primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, seu pai o fez consagrar “ao Arcanjo protetor dos portugalenses”. Já D. Manoel, “movido com afecto de devoção e obrigado com muitos benefícios, impetrou do Sumo Pontífice um Breve, para que em todo o seu Reino se fizesse a festa ao anjo da Guarda de Portugal, [...] com procissão solene, missa e officio particular.” A festa, única no universo católico, pois apenas Portugal venera seu Anjo Tutelar, persiste ainda hoje, havendo o Papa Pio XII a transferido para o dia 10 de junho.

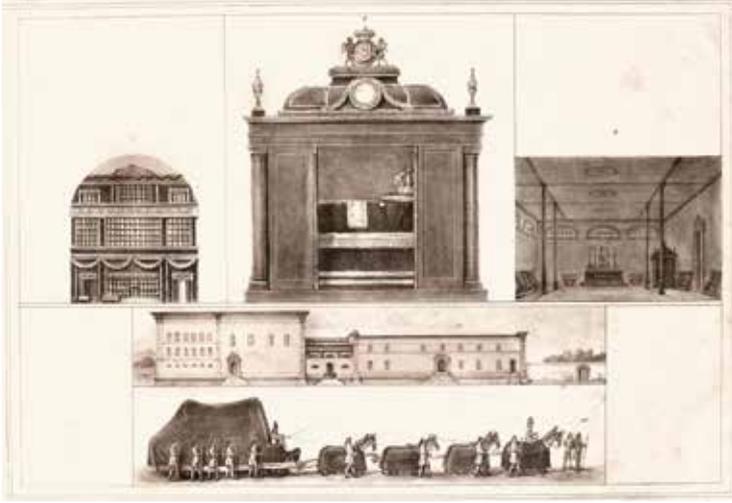


Maria Leopoldina Carolina Josepha Francisca Fernanda²¹, nascida “de Habsburgo-Lorena”, “de Bragança” pelo casamento, “do Brasil”, por obra sua e de seu cônjuge.

D. Leopoldina, que desembarcara no país há apenas nove anos, conquistara imensa popularidade em todas as classes sociais do Brasil. Sua firme adesão à causa emancipadora do país, como única resposta possível frente às descabidas exigências das cortes de Lisboa, conquistara o respeito, admiração e reconhecimento da classe política. Sua postura profundamente cristã frente aos desvalidos, que a levou a contrair grandes dívidas, as quais a atormentaram constantemente, e sua disposição de ajudar todos os que a procuravam renderam-lhe a gratidão e o amor de seus súditos.

Assim sendo, quando D. Leopoldina foi aclamada pela população como “Anjo Titular do Império”, havia toda uma tradição cívico-religiosa, várias vezes secular, por trás da dita aclamação. Não se tratava apenas de um belo epíteto, mas de uma verdadeira canonização e consagração da memória da recente defunta soberana.

- 21 Conforme lembrado anteriormente nesse trabalho, há divergência acerca da ordem dos nomes de D. Leopoldina. Para alguns a ordem de seu nome seria “Carolina Josepha Leopoldina”. Para outros estudiosos seria “Leopoldina Josepha Carolina”. O fato é que, na sua terra natal, era conhecida por “Leopoldina”. Ao migrar para o Brasil, já casada, a então “Princesa Real” passou a se denominar “Maria Leopoldina”. A incorporação do prenome “Maria” deu-se como homenagem à terra que a acolhia, em função da constatação de que todas as infantas de Portugal utilizavam esse prenome.



Táisa Viana/Câmara dos Deputados

De cima para baixo: túmulo de D. Leopoldina; fachada do Convento Nossa Senhora d'Ajuda e o carro do cortejo fúnebre levando seu esquife. Jean-Baptiste Debret.

Museu Histórico Nacional/Ibram/MinC/nº43/2017.

O deputado Lino Coutinho, em discurso proferido em 21 de julho de 1827, na Câmara dos Deputados, ao discutir projeto de lei por intermédio do qual a nação assumia o pagamento das dívidas deixadas pela imperatriz, bem resumiu as razões do amor que todos lhe devotavam: “Não por ter ela sido unicamente imperatriz do Brasil, mas por ter sido amiga deste país, e por ter sido uma imperatriz virtuosa e santa.”²²

22 O não cumprimento do seu contrato matrimonial fez com que D. Leopoldina passasse por sérias agruras financeiras durante toda sua permanência no Brasil. D. Leopoldina recorria a frequentes empréstimos financeiros para a manutenção não apenas de suas despesas pessoais, mas também de pessoas e entidades que a ela reclamavam socorro.

D. Romualdo Antônio Seixas, bispo da Bahia, primaz do Brasil e deputado



“Amiga do país”, ou seja, partidária de sua emancipação, “virtuosa”, por ter sabido manter a dignidade do trono frente aos desmandos morais públicos de seu marido,²³ e “santa” por ter sido uma soberana diligente e atenta a todos os que lhe procuravam.²⁴

A imagem positiva de D. Leopoldina, oriunda desse conjunto de fatores, começou a extravasar durante sua derradeira moléstia. O Rio de Janeiro manteve-se em estado

geral, propôs projeto de lei segundo o qual o Tesouro Nacional assumiria os débitos deixados por D. Leopoldina. O projeto de lei foi aprovado por unanimidade, “como testemunho público de gratidão”, em 28 de setembro de 1827.

23 Carlos Henrique Oberacker Jr., o maior biógrafo de D. Leopoldina, lembra-nos que “o tratamento por parte do marido estouvado e sua ligação escandalosa com a Marquesa de Santos tinham elevado grandemente a imperatriz no conceito do povo”. Isso não obstante o próprio D. Pedro “a venerar desde a sua colaboração decisiva no movimento de emancipação”. Outrossim, afirma a identificação cada vez maior da soberana com os brasileiros, contrapondo-se ao afastamento progressivo de D. Pedro em relação à nação: “raras vezes uma estrangeira foi tão querida e reconhecida por um povo como ela”. (OBERACKER JR., 1973, p. 442)

24 “Nenhuma pessoa miserável jamais recorre a ela em vão; e seu comportamento, tanto público como privado, inspira justamente a admiração e o amor de seus súditos a sua família”. (GRAHAM apud REZZUTTI, 2017, p. 317) “Socorria a todas as pessoas indigentes que iam suplicar-lhe algum socorro, não somente nas portas do Palácio ou nas suas viagens e passeios, mas em todos os tempos e lugares onde aparecia às vistas públicas. [...] ali [no Outeiro da Glória] corriam com frequência, de toda a capital e seus entornos, as vítimas da fome e da miséria. [...] a todos recebia com agrado, a todos escutava com clemência, a todos consolava com ternura, a todos socorria com largueza. [...]

Ah, se acaso eu pudesse aqui expor-vos a lista, que depois de sua morte se achou no seu próprio gabinete, que pasmo não seria então o vosso, vendo a enorme despesa que fazia nos socorros mensais com que amparava tantas pessoas pobres e infelizes de toda a idade, sexo e condição.” (PAULA, 1827)



de comoção. Todas as irmandades religiosas levaram em procissão as imagens de seus respectivos patronos à capela do Paço de São Cristóvão, estando todos em lágrimas. A casa da marquesa de Santos teve de ser protegida pela polícia contra uma população irada que lhe atribuía responsabilidade pelo iminente fim da imperatriz.

No dia de sua morte, aos 11 de dezembro, antes da determinação do luto oficial, “todo mundo já se mostrava de luto” e “uma dor muda, de desespero, tomava todas as fisionomias (REZZUTTI, 2017, p. 383). Os jornais encheram-se de necrológicos. Missivas de dor e poemas fúnebres chegaram aos montes às redações. Uma dessas cartas era de uma mulher que afirmou nunca antes haver imaginado isto:

[...] que houvesse motivo que me obrigasse a ser sua correspondente, mas sou brasileira, esposa e mãe, e não me he possível resistir ao dever de patentear a minha dor. [...] Quem haverá que não pranteie essa morte? Quem dotado de humano coração, e sensível que não se abandone a luctuosos sentimentos, quando deixa de existir a melhor das Princezas, a mais prudente das Esposas, e a mais digna das mães? (REZZUTTI, 2017, p. 383)

Outra correspondência, desta feita firmada por “um brasileiro”, assim se manifestava:



Perdemos a nossa augusta, a nossa boa imperatriz, e hum sentimento hunanime, onde se confundem todas as opiniões e partidos, se tem manifestado pela sua perda. As virtudes que a ornavão, sua moderação e prudência, sua charidade, e soffrimentos tornarão-a interessante ao povo sincero, e que adora sempre nos principes as qualidades de hum coração benigno, e justo; assim não he a adulação, nem a táctica cortezã, que chama lagrimas aos olhos de todos os cidadãos: que os veste espontaneamente de hum luto geral: e os faz em fim desafogar em pranto e em louvores o pezo interno de magoa, e de saudade, que os opprime. Tambem eu, Sr. redactor, quis acompanha-los em tão justa pena, e já que não posso elevar-me mais alto, busquei ao menos consagrar a tão veneranda e chorada memoria estes poucos versos, filhos do coração, os quaes espero haja por favor de inserir no seu estimavel periodico.



SONETO

Lgrimas, oh Brasil, e luto, e pranto
Morreu!... Oh Morte, Morte enfurecida!...
Morreu!... Ou antes foi aos Céos subida
Quem a nós, quem ao mundo honrava tanto.

Extremo de candura, o níveo manto
Da virtude a vestio durante a vida;
Modestia, Charidade enternecida
Seu character formárão puro, e santo.

Carolina expirou! ... aquella Augusta! ...
Sublime dom a Mão Omnipotente,
Ao pezar foi roubada, e dôr mais justa.

Corra do pranto, solte-se a torrente:
Que este golpe tirano a Mãe nos custa,
E que Mãe!!! Sabe o Ceo: a Terra o sente.
(REZZUTTI, 2017, p. 383-384)

O sentimento de orfandade emana da unanimidade dos registros. Frei Sampaio chegou a afirmar que “vós lhe consagrastes uma canonização civil pela pública harmonia dos vossos sentimentos em seu louvor” (SAMPAIO, 1827). A certeza da perenidade da memória de D. Leopoldina foi grafada em seu epitáfio:

Aqui repousam os preciosos restos
da adorada imperatriz Maria Leopoldina.
Seu espírito, cremos, habita os céus,
Sua memória, não gastarão os séculos.



Inicialmente foi inumada no Convento da Ajuda, situado onde hoje está a Cinelândia, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Seu túmulo era um monumento à sua memória. A República viria a demolir não apenas seu túmulo, mas o próprio convento em si, para dar lugar à cidade moderna do século XX. Com a demolição do convento, os restos mortais de nossa primeira imperatriz foram transferidos para o Convento de Santo Antônio, sempre na cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente foram transferidos para o Mausoléu Imperial da Cripta do Ipiranga, em São Paulo, onde repousa desde 1954.



**DEPOIMENTOS
ACERCA DA
DOENÇA E MORTE
DA IMPERATRIZ
D. LEOPOLDINA**





DEPOIMENTOS

Acerca da doença e morte da imperatriz D. Leopoldina

Doença

“Durante a enfermidade da imperatriz a capital do Rio de Janeiro esteve consternada, e todos procuravam saber do estado da soberana, de modo que o paço de São Cristóvão estava continuamente rodeado de povo. [...] A imperatriz era estimada e querida por todos.” (Alexandre José de Mello Moraes, *Chronica Geral do Brasil*, 1886.)

“Durante a moléstia não houve quase pessoas, de qualquer classe da sociedade, que não fosse uma ou mais vezes ao palácio de São Cristóvão inscrever seu nome, saber notícias do estado da augusta enferma, e mostrar interesse pelo seu restabelecimento.” (J. M. Pereira da Silva, *Segundo Período do Reinado de Dom Pedro I no Brasil*.)

“A consternação do povo era indescritível; nunca [...] sentimento mais unânime foi visto. O povo se encontrava literalmente de joelhos implorando ao Todo-Poderoso pela conservação da imperatriz. As igrejas nunca se esvaziaram e nas capelas domésticas todo o mundo ficava prostrado de joelhos. Os homens for-



mavam procissões, não das do tipo comum [...] mas com verdadeira devoção, onde corriam muitas lágrimas.” (Theremin, representante do rei da Prússia no Brasil. Ofício de 8 de dezembro de 1826.)

“Posso afirmar a Vossa Alteza (Metternich), para consolação de S.M. o imperador nosso augusto amo (Francisco I, pai de Leopoldina), que tudo o que a arte dos médicos, o zelo e a afeição dos criados de S.M. (D. Pedro I) e as preces fervorosas e muito sinceras de todo um povo puderam fazer para a sua augusta filha foi feito.” (Barão Wenzel von Mareschal, representante do imperador da Áustria no Brasil. Ofício de 9 de dezembro de 1826.)

Morte

“Produziu consternação geral a notícia de sua morte. Liam-se a tristeza e a mais profunda aflição em todos os rostos, pois a bondade e a brandura da falecida conquistaram todos os corações. [...] Relativamente a esta princesa, porém, o sentimento era sincero, regando o seu esquife funéreo copiosas lágrimas de gratidão a amor. As solenidades foram, na verdade, impressionantes.” (Eduardo Theodoro Bösche, mercenário alemão, testemunha ocular dos acontecimentos, 1836.)



“Toda a cidade estava de luto; uma dor muda de desespero tomava as fisionomias; negros, mulatos, portugueses, ingleses, italianos, alemães, todos choravam em comum a morte da imperatriz; pela primeira vez sentiam-se irmãos, o ódio nacional calava-se e os ressentimentos pessoais desapareciam.” (Carlos Seidler, mercenário alemão, testemunha ocular dos acontecimentos, 1835.)

“Os pobres negros andaram pelas ruas por muitos dias gritando: ‘Quem tomará agora o partido dos negros? Nossa mãe se foi!’. Muitos e sentidos foram os lamentos das várias escolas e estabelecimentos de caridade.” (Maria Graham, escritora, amiga de D. Leopoldina e testemunha ocular dos acontecimentos.)

“Nós a vimos em todas as ocasiões com a maior eficácia tomar parte nos nossos júbilos, nos nossos pesares, nos nossos receios, e em suma S.M.I. apareceu em toda parte como a primeira brasileira, por dever, por hábito e por afeto.” (*Diário Fluminense*, em 12 de dezembro de 1826.)

“Desde o triste momento da morte de S.M. a imperatriz, o som dos sinos, os tiros de canhão de todos os fortes, disparados de dez em dez minutos e que continuaram até depois do enterro, anunciaram o triste acontecimento ao público que manifestava a sua dor por um silêncio quase absoluto, e antes do fim do dia todo o mundo mostrava-se de luto.” (Barão



Wenzel von Mareschal, representante do imperador da Áustria no Brasil. Ofício de 13 de dezembro de 1826.)

“Dois médicos embalsamaram o corpo da defunta e deitaram-no no leito em que dormira desde a sua chegada ao Rio. Aí, coberta por uma magnífica colcha de seda da Índia e encostada em duas almofadas de seda verde e ouro e as mãos calçadas de luvas foi exposta para o último beija-mão.” (Alexandre José de Mello Moraes, *Chronica Geral do Brasil*, 1886.)

“Findos os atos religiosos, oito Grandes do Império colocavam (sic) o caixão sobre o coche funerário que o levou (no dia 14) à igreja das religiosas do Convento de Ajuda, seguindo-o uma imensa procissão à luz das tochas.” (*Diário Fluminense*, em 16 de dezembro de 1826.)

“Imensa multidão reunida na passagem do cortejo e os prantos sinceros e unânimes de toda a população.” (Barão Wenzel von Mareschal, representante do imperador da Áustria no Brasil. Ofício de 4 de janeiro de 1827.)

“Troavam os canhões, de minuto em minuto, em sinal de pesar [...]. O *Castrum Doloris* nesta igreja [do mosteiro d’Ajuda] tinha uma aparência deveras solene, mostrava à luz vacilante de inúmeros círios as armas do Brasil, envolvidos em crepe e outros símbolos pertencentes ao domínio da morte.”



[No convento de Ajuda] “se achavam a postos os batalhões de granadeiros alemães com bandeiras e tambores envolvidos em crepe. Era um espetáculo verdadeiramente impressionante ver estampadas nas rudes fisionomias uma grande dor, porém silenciosa, uma grande e imensa tristeza, porém muda. Toda a sua atitude denunciava este sentimento solene e profundo. Pareciam membros de uma grande família no túmulo recente de sua mãe falecida.” (Eduardo Theodoro Bösche, mercenário alemão, testemunha ocular dos acontecimentos, 1836.)



REFERÊNCIAS





REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*, Brasília: Senado Federal, 2002.

CASSOTTI, Marsilio. *A biografia íntima de Leopoldina*, São Paulo: Planeta, 2015.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

FRANÇA, Mário Ferreira. A Doença que Vitimou Dona Leopoldina, in *D. Pedro I e Dona Leopoldina perante a história*, São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1972.

KANN, Bettina; SOUZA LIMA, Patrícia. *Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

MELLO MORAES, Alexandre José de. *História do Brasil Reino*. Rio de Janeiro, tomo I, 1871.

OBERACKER JR., Carlos Henrique. *A imperatriz Leopoldina*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional / Conselho Federal de Cultura / Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1973.

RANGEL, Alberto. *Dom Pedro I e a marquesa de Santos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1915.



REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I: história dos fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.



edições câmara
LEGADO



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

